
SESSÕES DO PLENÁRIO

4ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial sobre a construção do Polo Naval da Bahia: desenvolvimento da região do recôncavo baiano, proposta pela nobre Neusa Cadore.

Quero registrar que os Líderes Partidários permitiram a transformação da sessão ordinária em sessão especial. Quero agradecer, em nome dos 63 Srs. Parlamentares, ao Líder do Governo, deputado Waldenor Pereira, ao Líder do Bloco da Minoria, deputado Heraldo Rocha, e ao Líder do PR, deputado Pedro Alcântara, por concordarem em transformar a sessão Ordinária em Sessão Especial sobre a construção do Polo Naval da Bahia: desenvolvimento da Região do Recôncavo Baiano.

Convido para compor a Mesa a nobre deputada Neusa Cadore, proponente da Sessão; o deputado do PT, Bira Corôa; o Exmº Sr. Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Dr. Rafael Amoedo, representante do Governador Jaques Wagner; o Exmº Sr. Secretário de Meio Ambiente, Juliano Sousa Matos; o Exmº Sr. Procurador do Estado, Dr. Rogério Leal Pinto de Carvalho; representante do Procurador Geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Professor Gabriel Soledade Nacif; o Sr. Chefe do Estado-Maior do 2º Distrito Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Antônio Sérgio Caiado de Alencar; o Superintendente do Ibama, Sr. Célio Costa Pinto; o Exmº Sr. Deputado Federal, Luiz Alberto; o Sr. Prefeito de Maragogipe, Sílvio Ataliba; o Sr. Diretor de Planejamento Hídrico - Ingá, José George dos Santos Silva e o Sr. Representante do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, Ananias Nei Viana. (Palmas)

Tendo em vista que tenho outros compromissos, já agendados anteriormente, gostaria de parabenizar a deputada Neusa Cadore por propiciar a oportunidade da Assembleia Legislativa discutir a construção do Polo Naval da Bahia na Região do Recôncavo Baiano.

Parabenizo a todos, e concedo a palavra à nobre deputada Neusa Cadore, proponente da sessão, para fazer uso da palavra e convido o deputado Bira Corôa para assumir a Presidência da Mesa.

A Srª NEUSA CADORE:- Bom-dia a todos. Quero agradecer ao Presidente Marcelo Nilo pela sensibilidade, porque fez a articulação de maneira prestativa para que pudéssemos transformar a sessão ordinária, de hoje, numa sessão especial, e termos esse importante debate com a presença dos senhores e senhoras.

Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, deputado Bira Corôa; saudar, e agradecer pela presença, o Exmº Sr. Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, Dr. Rafael Amoedo; saudar o Exmº Sr. Secretário de Meio Ambiente, Dr. Juliano Sousa Matos; saudar o Exmº Sr. Procurador do Estado, Rogério Leal Pinto de Carvalho, representante do procurador-geral do Estado, Dr. Rui Moraes; saudar nosso queridíssimo reitor da Universidade Federal do Recôncavo, professor Gabriel Soledade Nacif; saudar o Sr. Chefe do Estado Maior do 2º Distrito Naval, capitão-de-mar-e-guerra Antônio Sérgio Caiado de Alencar; saudar o Sr. Superintendente do Ibama, Dr. Célio Costa Pinto; saudar nosso querido companheiro prefeito de Maragogipe, Sílvio Ataliba; e, na pessoa de Ataliba, saudar o querido prefeito de Cruz das Almas, Orlandinho, e também o prefeito de Saubara, Antônio; saudar nosso companheiro deputado federal Luiz Alberto, que muito nos honra com sua presença; e saudar o representante do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, que aqui muito bem representa a sociedade civil, nosso companheiro Ananias Ney Viana.

Senhoras e senhores, queria iniciar registrando que a Bahia vive um novo momento político, um momento em que o Estado abraça a difícil e importante tarefa da republicanização. Queria lembrar que o nosso governo, consciente da responsabilidade que tem nesse novo momento, inicia a sua gestão dando oportunidade para a sociedade baiana se inserir num grandioso debate sobre os rumos do desenvolvimento.

Estou-me referindo ao PPA, processo que envolveu as discussões e a elaboração de propostas para os rumos deste Estado nos próximos 4 anos, Estado que se propõe um novo modelo de desenvolvimento. E esse debate foi realizado nos 26 territórios de identidade acolhendo demandas históricas que entravaram por muito tempo o desenvolvimento deste Estado.

E com esse gesto, com as iniciativas que estão em curso já neste governo, nós podemos sentir e perceber, com muita confiança e esperança, que estamos iniciando uma era de mudanças que vão na direção de enfrentar o grande desafio daquilo que são problemas históricos e também modernos para o desenvolvimento da Bahia. Refiro-me às heranças da escravidão, da concentração da terra, da opressão da mulher, da opressão dos indígenas, da marginalização social, da ausência de políticas de desenvolvimento sustentável para o conjunto das regiões da Bahia, principalmente a Região do Semiárido.

Juntamente com as perspectivas republicanas que aparecem no PPA e no Programa Transparência Bahia, que, corajosamente, é uma nova forma de se relacionar com a sociedade, colocando à disposição de todos as receitas e as despesas deste Estado, aliadas a esse novo perfil de fazer gestão pública, nós temos programas muito importantes, como Água para Todos, Programa de Habitação de Interesse Social e o Programa de Enfrentamento ao Analfabetismo.

E podemos, a partir do que vimos concretamente nesses pouco mais de 2 anos de gestão desse novo governo, afirmar que na Bahia está em curso um novo modelo de desenvolvimento econômico que considera a importância da geração de trabalho e renda, a distribuição da riqueza e a prioridade para o social. Lembrando que o modelo antigo concentrava investimentos e tinha como resultado sempre mais o aumento das desigualdades e o privilégio de alguns setores produtivos.

(Lê):- “A economia do nosso Estado esteve concentrada em torno de segmentos marcados por processos produtivos intensivos em capital, especializados na produção de bens intermediários. O novo modelo de desenvolvimento tem incentivado a produção de bens duráveis, de alto valor agregado, colocando o nosso Estado em outro patamar no quadro nacional.

A perspectiva de geração de emprego e renda com distribuição da riqueza e a perspectiva de desenvolvimento territorial, interiorizando os investimentos, têm levado desenvolvimento e crescimento econômico para as diversas partes do Estado.

Nesse contexto, o governo da Bahia apresenta, através da Secretaria da Indústria e Comércio, o projeto do Polo Naval do Recôncavo Baiano. A região do Recôncavo Baiano, mais exatamente os municípios de Maragogipe e Saubara, vai abrigar o primeiro Polo de Indústria Naval da Bahia para fabricação de navios e embarcações de grande porte. O projeto terá investimentos de R\$ 4 bilhões da iniciativa privada e a possibilidade de geração de mais de 10 mil postos de trabalho.

A proposta está localizada na baía do Iguape – teremos aqui uma apresentação da Secretaria da Indústria e do Comércio –, que tem uma extensão que a coloca como uma das maiores do Brasil e é a terceira maior reserva extrativista marinha do Brasil.

(Lê):- “A área é de 8 mil hectares, dos quais 35% formados por manguezais, e o restante de águas mistas (doce e salgada). A reserva liga os municípios de Maragogipe e Cachoeira.

O desafio que cabe a todos e todas nós é promover o equilíbrio entre a necessidade de desenvolvimento econômico em uma perspectiva regional, alinhando esta demanda com o compromisso da garantia da sustentabilidade sócio-ambiental do projeto.”

Diante da complexidade, da importância de um projeto como esse e da importância que esse tema suscita, entendemos que o papel deste Parlamento é, exatamente, oferecer esse espaço para a necessária discussão, para ouvirmos diversos segmentos e aqui promover o debate para que cada manifestação seja democraticamente explanada, e possamos avançar no amadurecimento do projeto do Polo Naval do Recôncavo Baiano.

Quero parabenizar a população do Recôncavo, que tem nos convidado, o deputado Bira Corôa, o deputado Zezéu, o deputado Luiz Alberto. Pudemos estar presentes em alguns eventos, e parabenizo, mais uma vez, a população do Recôncavo, que se identifica bastante com uma questão que hoje é muito importante para o desenvolvimento: o desenvolvimento regional.

Então estamos pondo, repito, mais uma vez, nossos mandatos e este espaço, para que possamos colaborar para realizar esse debate, que, com a participação, a articulação, hoje, é ferramenta importante para este governo.

Muito obrigado a todos pela presença e por estarem nos prestigiando e ajudando a construir esse novo modelo de desenvolvimento para a Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nesse ato, quero passar a Presidência da Mesa para a proponente da sessão, deputada Neusa Cadore.

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Contamos com a presença do secretário da Indústria e Comércio, e ninguém melhor do que ele para fazer uso da palavra e nos dar oportunidade de avançar um pouco mais no conhecimento do que significa o

projeto de implantação do Polo Naval.

Com a palavra o secretário estadual da Indústria e Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

Estou sendo alertada pelo Cerimonial de que teremos a apresentação de um vídeo. Então peço ao pessoal do apoio para iniciar a exposição desse vídeo, e, posteriormente, o secretário fará a condução...

Apresentação de vídeo. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com a palavra o secretário estadual de Indústria, Comércio e Mineração, Dr. Rafael Amoedo.

O Sr. RAFAEL AMOEDO:- Um bom-dia a todos.

Saúdo a Sr^a Deputada Neusa Cadore, que está presidindo esta sessão, quero dizer que tenho muito prazer de estar aqui; o Exm^o Sr. Deputado Bira Coroa; o meu colega Juliano Souza Matos, secretário de Meio Ambiente; o Exm^o Sr. Procurador do Estado, Dr. Rogério Leal Pinto de Carvalho, representando o procurador Rui Moraes; o Exm^o Sr. Deputado Federal Luiz Alberto, um incansável defensor desse nosso projeto; o magnífico reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, professor Gabriel Soledade Nacif; o Sr. Chefe do Estado-Maior do 2º Distrito Naval, capitão-de-mar-e-guerra Antônio Sérgio Caiado de Alencar, que por certo sabe também da importância desse projeto; o Sr. Superintendente do Ibama, Célio Costa Pinto, também envolvido nessas discussões; o Sr. Prefeito de Maragogipe, Sílvio Ataliba, um incansável batalhador pela boa causa; o Sr. Diretor de Planejamento Hídrico - Ingá, José George dos Santos Silva; o Sr. Representante do Conselho Quilombola da Bacia do Vale do Iguape, Ananias Nei Viana, meus senhores e minhas senhoras.

Em primeiro lugar, trago os cumprimentos do nosso querido governador, Jaques Wagner, que não pôde comparecer por estar no exterior, nos Estados Unidos, defendendo a interesses de nosso Estado.

É motivo de muito orgulho e prazer estarmos defendendo esse projeto. Para falarmos desse projeto, precisamos falar primeiro da lógica que se passa com o que o governo quer para a Bahia.

Foi colocado aqui que esse é um projeto da SIC, da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração. Não. Esse é um projeto do Estado da Bahia, feito por muitas mãos dentro e fora do governo.

Na verdade, a nossa pretensão é que não seja um projeto só de governo, mas que seja de Estado. E que ele perpassasse toda e qualquer administração e vá ser incorporado como um patrimônio da nossa terra.

Temos tido todo o cuidado na elaboração desse projeto. Ele nasceu, na verdade, com a janela de oportunidade que se abre. Pensamos hoje este Estado como um todo. Eu tenho prazer de trabalhar neste governo porque nós temos a liberdade de pensar, de planejar e de enxergar o Estado como um todo.

O grande projeto da Bahia hoje é, também, de interiorizar suas ações. É fazer um projeto de desenvolvimento sustentável para todo o Estado. Nós tínhamos uma economia concentrada num desenvolvimento que só olhava para o mar. Hoje, olhamos o Estado, repito, como um todo. Abrimos a província mineral da Bahia, o que justificou

os grandes investimentos que serão feitos em infraestrutura.

E infraestrutura precisa demanda de carga, matriz de carga. E criamos, com essas incursões, com a liberação de 29 áreas de licitação no mundo mineral, uma lógica planejada com a logística e toda uma infraestrutura. E hoje, com essa oportunidade que a Petrobras nos dá para ser o *start* desta nova concepção de indústria naval do Brasil, com toda a requalificação da frota da Braspetro, que num primeiro momento teremos mais de 140 embarcações de todos os padrões, desde plataformas exploratórias a embarcações de apoio. Temos essa janela de oportunidades, e claro que, com a visão do nosso presidente Lula, que colocou condicionante de que ao menos 70% destas encomendas sejam disponibilizadas para ser feitas em território brasileiro, abriram-se essas janelas.

Estamos perseguindo esse projeto há bastante tempo, desde o ano passado. Logicamente, ele veio e está sendo construído incorporando todos os atores necessários para que chegasse a um bom termo. Investigamos diversas outras áreas, essa área não foi escolhida por acaso, pois incorpora realmente as condições de canal de tráfego, de proteção necessária a empreendimentos dessa magnitude.

Além dos três estaleiros já citados, teremos indústrias outras que comporão essa cadeia e que, exatamente, levarão um benefício muito maior, o qual transcende Maragogipe. Esse projeto passará a beneficiar diretamente 17 municípios do Recôncavo baiano, que está carente de oportunidades, que responde a um tribunal mundial por crime contra a humanidade com o fenômeno do fabrico clandestino de fogos em Santo Antônio de Jesus.

Fomos instados a ajudar para uma solução para essa chaga social que o Estado da Bahia carrega. Como colocar 7, 8, 9 mil vidas que dependem desse fabrico clandestino de fogos? Logicamente, para você dar uma solução de imediato e incorporar esse público numa atividade produtiva não se faz por decreto nem da noite para o dia. O pior, para nosso espanto, foi verificarmos *in loco* que não eram só 7,8, 9 mil pessoas, pois essa atividade extrapolava os limites de Santo Antônio de Jesus, ia muito além de Teolândia, de Muritiba, de Cruz das Almas e envolvia quase 30 mil pessoas.

Por isso é que dizemos que, aliado à queda da oportunidade da nossa indústria fumageira, temos que criar também eventos que participem de uma inclusão de massa. E hoje esse é um projeto que requalificará o Recôncavo, porque não estamos interessados só no retorno econômico que esse empreendimento trará, mas, principalmente, no retorno social. Estamos falando em trabalhar somando. Perguntamos como é que ocorrerá essa convivência de um polo dessa magnitude em uma reserva extrativista? Não estamos inventando roda nenhuma, a atividade de construção naval já existe na região muito antes do evento da Resex no ano 2000, e elas sempre coexistiram pacificamente. Na nossa visão, o que vamos trazer e incorporar são vantagens adicionais à atividade extrativista. Vamos ajudar também para que ela venha de forma disciplinada, tenha os subsídios e o fluxo de recursos necessários para que se materialize de uma forma mais forte e para que se preservem todas as atividades existentes lá. Que levemos a oportunidade aos nossos jovens e até aos mais velhos para que venham a participar deste movimento.

Falamos em quase 20 mil empregos diretos e, quando falamos, falamos da

capacidade instalada de momento. Este polo é dinâmico e irá incorporando outras indústrias na cadeia e oportunizando... Temos, seguramente, grandes discussões tanto no plano diretor regional como nos planos diretores municipais. Que participem e que este benefício atinja também Maragogipe e passe muito adiante, vá além desses 17, talvez mais outros municípios, levando oportunidades, trazendo integração hidroviária, integração rodoviária, oportunidades para que todos os nossos habitantes do Recôncavo possam se posicionar e também participar da divisão equitativa deste bolo de felicidade que, por certo, poderemos trazer para cá.

Podemos falar aqui, o tempo todo, sobre as vantagens desse polo, porque, na verdade, tudo é pensado. Aqui ninguém inventou uma roda sozinho, essa é uma roda compartilhada pelos movimentos, pelas ONGs, pelas prefeituras, e queremos continuar essa discussão e cada vez refinando e aprimorando mais. O que peço, e quando peço envolvimento, eu digo que as oportunidades aparecem, mas elas também somem. Temos uma janela de oportunidade aberta, e assim temos mil outras oportunidades de janela neste momento da Bahia, de uma Bahia aberta, uma Bahia que dá segurança institucional, que tem regras claras sobre os investimentos, que tem a responsabilidade das contrapartidas sociais, que é o que estamos vendo, negociando o tempo todo.

Os nossos protocolos de intenções hoje têm amarrações muito fortes para que o empresário venha aqui ganhar o seu dinheiro, dar consequência às suas obras, mas sobretudo dar o retorno social. Estamos bem atentos a que isso venha. E assim exigimos e pedimos que as empresas que aqui se instalem façam as suas compras aqui, assim mudamos protocolos, a exemplo do que acontecia com a Azaleia que por força de negociação comprava R\$ 60 milhões aqui no Estado da Bahia, hoje já passa de R\$ 200 milhões.

E com isso estamos fazendo também com as empresas minerais que em condições iguais deixem a sua *commodity* aqui para que possamos verticalizar. Esse é um exemplo claro de que podemos verticalizar porque no projeto do Porto Sul do polo sul nós teremos, sim, beneficiamento do ferro de Caetité, que é uma quantidade expressiva. Já é previsto um escoamento de 25 milhões de toneladas/ano. E nós não queremos que isso vá como *commodity* para a China, para quem quer que seja, que seja transformado em chapas aqui, por certo abrigarão também o desenvolvimento do nosso polo naval.

E é assim que vamos construindo a Bahia. Uma Bahia com lógica, com racionalidade, com equilíbrio, com desenvolvimento social e com a participação de todos. Este é um governo de participação; este é o nosso compromisso, e assim vamos construindo.

Eu estou à disposição, vamos continuar com este debate, e tudo que nos for perguntado, na medida do possível, vamos esclarecer. Queremos a participação de todos vocês, e digo: tenho experiência de vida, eu comentava com os comandantes aqui que aos 14 anos fui para a Marinha do Brasil e a prova da convivência de um estaleiro com o meio ambiente, eu digo, poucos lugares serão mais bonitos do que Angra dos Reis, a baía da Ilha Grande, que todos conhecem, Jacuecanga, e nos anos 60, precisamente nos anos 64, 65, já havia lá o estaleiro da Verolme, até hoje está lá e que prova que pode conviver harmonicamente em se tendo um plano diretor correto, tendo um plano de manejo, você tendo os EIAs-RIMAs corretos e tendo a fiscalização.

Acho que esse polo vai preservar o Iguape, mais do que só levar o desenvolvimento econômico e social, ele vai também dar sustentabilidade ambiental necessária, porque, com certeza, esse grupo, esse plano diretor, o Estado participa como fomentador e como fiscalizador também em todas as suas organizações, e nós vamos ter, com certeza, melhores condições de monitorar, porque através dos estudos do EIA-RIMA, das coletas agora de águas que temos toda a visão de como se comporta o bioma hoje como está, vamos ter o monitoramento constante para que, muito pelo contrário, até o repovoamento possa ser feito e cada vez mais essa baía do Iguape, a influência do Paraguaçu, ela esteja preservada em melhor situação para também o controle, para a contemplação visual daquele recanto que é muito belo e muito bom.

Muito obrigado a todos. Estou à disposição.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, secretário.

Gostaria de registrar a presença dos deputados Isaac Cunha, Carlos Ubaldino e Luiz Augusto. Quero registrar também a presença do prefeito de Saubara, professor Antônio Raimundo de Araújo; do prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, de Cruz das Almas; do representante da Marinha, capitão dos Portos da Bahia, Sr. Ricardo Luís de Moraes Muniz Aragão; a presença também de outra representação da Marinha, que é o imediato da Base Naval de Aratu, o Sr. Halgacyr Pereira Barbosa; do vereador Osvaldo da Paz, presidente da Câmara de Cruz das Almas; do vereador Luís Eduardo Gonçalves, também de Cruz das Almas.

Agora, queremos ouvir uma voz do Recôncavo na pessoa do nosso querido prefeito de Maragogipe. Com a palavra o Sr. Sílvio Ataliba.

O Sr. SÍLVIO ATALIBA:- Bom-dia a todos, gostaria de saudar a deputada Neusa Cadore, que preside esta sessão e teve a iniciativa de trazer esse debate aqui para a capital, vez que o temos travado lá no Recôncavo. Saúdo todos os deputados estaduais aqui presentes, o deputado federal, filho do Recôncavo e incansável defensor das causas daqueles que mais sofreram e sofrem neste País, deputado Luiz Alberto, a grande voz do povo negro da Bahia e do Brasil; saúdo todos os parlamentares federais que estejam presentes e também os representantes do Ibama, da Marinha, do Ministério Público, da nossa Rezex, o nosso companheiro Ananias; o secretário de Indústria e Comércio, Sr. Amoedo; o secretário do Meio Ambiente, nosso Juliano Sousa Matos ; o nosso querido reitor, que já está restabelecido; e trago as saudações de todos os prefeitos do Recôncavo, que juntamente com a população escreveu uma nova página na educação do Recôncavo na Bahia, com a construção da Universidade do Recôncavo, é com alegria o seu retorno, meu caro Gabriel Nacif.

Quero saudar todos os prefeitos na pessoa desse gigantesco prefeito de Cruz das Almas, nosso amigo Orlando Peixoto; e não poderia deixar, com todo o respeito, de saudar esse prefeito que é um parceiro nosso, o Antônio, que todos conhecem como Bolinha, prefeito de Saubara; e também saudar todos os representantes dos movimentos sociais e vereadores aqui presentes.

Sr^a Presidente, acho que é um grande momento para o povo baiano. Então, digo com muita tranquilidade que esse debate é importante não só para a implantação do

polo da indústria naval na área do Recôncavo, mas para rediscutirmos o Recôncavo, rediscutirmos a política administrativa da Bahia. No evento da maré vermelha, nenhum órgão oficial deste Estado e deste País tinha o levantamento de quantos pescadores artesanais existiam neste Estado. E precisou, exatamente, um fenômeno se estabelecer na Baía de Todos os Santos para que o sinal vermelho fosse aceso. Então, as vozes daqueles que gritaram e não foram ouvidos apareceram em todos os canais de televisão neste Estado e neste País.

Agora, o governo do Estado traz para a pauta política administrativa deste Estado a implantação de 13 estaleiros na ponta do Corujão, no Guri e em Porto Seguro. Tenho dito sempre que muitos são aqueles que necessitam diretamente daquele rio, do estuário, dos manguezais, e muitos são aqueles que estão também na região do Recôncavo necessitando de alternativas para a sobrevivência.

Com muita tranquilidade falo da necessidade de fazermos esse debate, porque sou de um tempo em que no meu município muitos faziam discursos e poemas, diziam que o manguezal era o grande supermercado de Maragogipe. O tempo foi passando e esse supermercado foi falindo, por tudo, por todos os impactos causados pela construção de Pedra do Cavalo de forma desordenada, sem qualquer discussão, sem a participação popular, sem qualquer preocupação com o futuro, principalmente o daqueles que moram e moraram na região do Iguape.

Todos sabemos que por menor que seja o impacto da manipulação do homem na natureza, há um prejuízo. E precisamos fazer esse debate de forma séria, com altivez. Sou daqueles que acredita na possibilidade do diálogo, mas também acredito que temos que extirpar da vida do povo pobre, principalmente do povo negro deste Estado e deste País, o papel de estar sempre na estatística negativa. Felizmente, aquele mesmo manguezal pôde produzir figuras como Luiz Alberto, deputado hoje, mas que poderia ter sido mais um número na estatística daqueles que tomaram um tiro na nuca na madrugada ou que não tiveram a oportunidade de fazer a disputa eleitoral e ser até um vereador de seu município. Estatística essa pela qual a Bahia se ajoelha no horário do meio-dia para ver a exposição de cadáveres de negros e negras sem nenhuma voz contrária a isso.

E digo a todos os segmentos, seja ambiental ou do governo do Estado, que é hora de fazermos um debate sério. Acho importante fazermos o debate da intervenção do homem na natureza, discutir o que a implantação do polo naval, do dique seco, do canteiro de obras em São Roque do Paraguaçu vai trazer de negativo para as comunidades.

Precisamos fazer esse debate de forma muito séria. Não digo amistosa, porque nada neste mundo é amistoso, principalmente quando se trata de povo, de capital. Eu não posso acotovelar o governo do Estado e a iniciativa privada e nem dar pontapés nos companheiros e companheiras dos movimentos, mas precisamos sentar e discutir o que esse polo representa para nós, o que estamos passando neste momento.

Não quero expulsar o polo da Região do Recôncavo, principalmente de Maragogipe; mas não quero que ele venha sem a discussão, que esse polo seja implementado sem garantias para milhares de homens e mulheres desempregados que, hoje, com todos os poemas, com todas as frases bonitas nas camisas, são ainda as figuras que fazem o papel menor.

Para o nosso povo, tenho enxergado o resquício da cocaína, que é o *crack*. Não tive a oportunidade de fazer esse debate, nenhum de nós teve a possibilidade, mas nas grandes festas da classe média, da burguesia deste País o que tem sobrado para nós é exatamente isso.

Eu quero, sim, a geração de emprego e renda na minha região. Que precisamos viabilizar a economia do Recôncavo é latente. Há mais de 35 anos que os governos deste Estado, os governos que passaram não fizeram qualquer tipo de investimento na região. O último investimento foi, exatamente, a construção de Pedra do Cavalo.

Temos um desafio gigantesco nas mãos, não para um tratar o outro como inimigo, porque temos uma comunidade que clama por educação.

Exatamente no governo de Fernando Collor de Mello, fez-se um canteiro de obras em São Roque do Paraguaçu. Mas ao final desse governo, é fechada a fábrica da Suerdieck, constrói um grande bolsão de miséria no nosso município, um índice de analfabetismo e desemprego gigantesco. Agora, temos este grande desafio, debater a implantação do Polo Naval na nossa região.

O anúncio desse empreendimento mexeu com toda a comunidade do Recôncavo, não só as das 14 ou 16 cidades que estão diretamente ligadas a esse projeto, mexeu com toda a sociedade do Recôncavo. No Recôncavo Sul, hoje, a discussão é sobre o Polo Naval da Bahia, e a gente precisa, de forma muito tranquila, não frustrar, mais uma vez, a expectativa daqueles que sobrevivem ainda do bolsa família.

A gente precisa fazer esse debate, Sr. Secretário, tanto da Indústria e Comércio quanto do Meio Ambiente, de forma muito séria, e da responsabilidade do governo Wagner, porque representa todos os segmentos: movimento social, movimento ambientalista, os empresários que acreditaram neste governo e a população baiana. As pesquisas mostram a ansiedade desse povo. Não só o Polo Naval, mas tantos outros empreendimentos têm que ser construídos, da mesma forma que foi construída a Universidade do Recôncavo da Bahia com a participação popular, e que a gente não se canse de fazer esse debate.

Estamos criando os fóruns de debates, seja com o conjunto de prefeitos, seja com a sociedade organizada. Espero que governo e sociedade possam, verdadeiramente, fazer esse debate, implementar esse empreendimento na nossa região, e que a população, com certeza, tenha os benefícios que ela merece.

Acredito que o Polo, Sr. Secretário Luiz Alberto, é um grande desafio por tudo que principalmente vocês da Petrobras construíram ao longo desses anos. Ontem, a discussão de vocês era exatamente contra a privatização desse maior patrimônio que o povo brasileiro tem, que é a indústria de petróleo e gás brasileira, a Petrobras. Hoje, a discussão é exatamente construir Polo Naval para suprir a demanda da Petrobras por todas as suas descobertas. Acredito que a construção de vários atores do passado hoje está em nossas mãos, e precisamos manipular isso de forma correta.

Eu acredito que a participação nossa, Bolinha, é muito importante neste momento. Primeiro, responder para a sociedade a questão de geração de emprego e renda, também defender aquele patrimônio que é a porta de entrada do Recôncavo via mar. Vamos ter um papel crucial nesse debate, independente da cor partidária, Orlandinho. Temos esse papel, que não é fácil, talvez mais difícil do que o do próprio governador do Estado, dos próprios secretários da Indústria e Comércio, do Meio

Ambiente, do Ibama, do Instituto Chico Mendes.

O papel do gestor que está lá é saber da realidade dos nossos municípios que são campeões do bolsa família exatamente pelo dismantelamento perverso que foi feito em nossa região. Não é orgulho para nenhum prefeito, hoje, bater no peito e dizer que temos cinco, seis, sete mil famílias dependendo diretamente do bolsa família. Então, a realidade para quem faz a gestão é bem diferente da daqueles que apenas ajudam a gente a fazer a gestão.

Esse é o espaço, e o sinal foi dado para cada um de nós dar a sua parcela de contribuição: aos cientistas que estudam dia- a- dia o meio ambiente, aos empresários, ao governo, à sociedade civil. Vamos debater e construir juntos uma alternativa para que a gente gere emprego e renda e possa fazer um desenvolvimento sustentável na região do Recôncavo, na Bahia e no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Obrigada, prefeito Sílvio.

Concedo a palavra ao Sr. Célio Costa Pinto, superintendente do Ibama, pelo tempo de 10 minutos. (Pausa).

Enquanto providenciamos um microfone sem fio, quero registrar a presença do secretário de Ciência e Tecnologia, o representante do Dr. Ildes Ferreira, Dr. Paulo César Bastos, que é superintendente de desenvolvimento científico e tecnológico; do vereador de Cruz das Almas, Josenir de Andrade Rodrigues; a presença da presidente da AMA – Associação de Mulheres Amigas, de Cruz das Almas, nossa amiga Carmem Maria Oliveira; a presença de Adriano Souza, ouvidor da Sedur; as presenças de secretários municipais de vários municípios do Recôncavo; a presença do Grupo Germen; coordenadores, gerentes e assessores municipais; alunos, estudantes e professores da UFBA., saudamos a todos.

O Sr. CÉLIO COSTA PINTO:- Bom-dia a todos e a todas, quero agradecer o convite da deputada Neusa Cadore e, em nome dela, saudar todos os componentes da Mesa, os Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos os representantes aqui de organizações não- governamentais, servidores públicos, e dizer rapidamente qual o papel do Ibama nesse processo.

Antes mesmo de entrar no primeiro slide é importante relembrar que o Ibama é uma autarquia federal, portanto, a sede do órgão é em Brasília onde está instalada a sua diretoria e a sua presidência. A atividade de licenciamento ambiental que a legislação brasileira remete à competência ao Ibama, como órgão da União que faz o licenciamento ambiental, dentro de competências estipuladas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, é centralizada numa dessas diretorias que ficam em Brasília. Portanto, as superintendências do órgão nos estados acompanham esse processo, no apoio logístico, mas quem assina a licença, quem compõe a equipe técnica é o presidente do órgão lá em Brasília.

Muitas pessoas têm dúvida sobre o motivo pelo qual o licenciamento ambiental deste empreendimento deve ser feito pelo Ibama. O Ibama tem essa competência por estar sendo proposto dentro de uma unidade de conservação federal da categoria reserva extrativista, hoje administrada por uma nova entidade do governo federal: o

Instituto Chico Mendes, que administra 7% do território nacional. Então, a reserva extrativista Marinha do Iguape é administrada pelo Instituto Chico Mendes. Há um conselho gestor que é deliberativo, como define a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Por conta disso, esses empreendimentos, nas unidades federais, devem ter o licenciamento ambiental feito pelo Ibama. Se o empreendimento fosse fora não seria licenciado pelo Ibama, seria pelo órgão estadual de meio ambiente, aqui na Bahia, o IMA. É importante esclarecer isso.

Então, a lei federal 6938/81, estabeleceu como instrumentos da política nacional de meio ambiente uma série deles que eu elenquei ali, e está entre esses o licenciamento ambiental, que é um importante instrumento para aquele país, rico em biodiversidade, campeão mundial, como é o Brasil, não só no futebol mas na biodiversidade, e que precisa utilizar esse instrumento de forma muito competente, qualificando as intervenções e o desenvolvimento do país; a lei não é feita pelo Ibama nem pelo Instituto Chico Mendes, mas pelo Poder Legislativo, e ela não pode ser um faz-de-conta para a nossa sociedade.

Então, eu ressalto a importância desse instrumento do licenciamento ambiental.

As licenças ambientais estabelecem condições, restrições e medidas de controle ambiental. (apresentação de slides).

Na legislação federal, ela é feita em três etapas: existe a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Alguns poderiam perguntar: “Mas, por que o licenciamento ambiental é tão complexo, é tão difícil?”. Porque estamos lidando com a vida em todas as suas formas. Então, são estudos multidisciplinares, com pessoas que têm que ter especialidade em diversas áreas e que precisam apontar, nesses estudos, as condições para se compatibilizar a instalação de um empreendimento.

A licença prévia, rapidamente, só é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento. Então, antes mesmo de ele ser viabilizado, é preciso ser feito um estudo para concessão dessa licença. A licença de instalação é aquela que autoriza o início das obras, e a licença de operação vai ser aquela final, em que se vai autorizar a operação do empreendimento, ou seja, o seu funcionamento, e ela não tem data para acabar, é como um filho que cada um de nós põe no mundo, é para sempre. Então, ela remete a uma responsabilidade muito grande.

O impacto ambiental é definido pela legislação brasileira como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, afetem a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biótica e as condições dos recursos ambientais extremamente complexos.

Dentro do licenciamento, as competências do Ibama seriam quais? Aquelas localizadas em dois ou mais Estados, no Brasil e países limítrofes, como é o caso de Itaipu, cujos impactos ultrapassam as divisas de mais de um estado da Federação, ou no mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva. É esse o elenco de competências em cujo licenciamento o Ibama atua. Só complementando esse elenco, nas terras indígenas, nas unidades de conservação de domínio da União, como é o caso da *reserva* de Iguape, naqueles empreendimentos de urânio, que eram tidos como empreendimentos de segurança nacional, e nas bases de empreendimentos

militares. É nessas áreas que o Ibama atua.

Bem, está lá o art. 225, que a maioria aqui conhece, no inciso IV, que define – portanto, é um mandamento constitucional – a necessidade de licenciamento ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente. Então, ele não é definido por uma lei infraconstitucional, mas na própria Constituição do nosso País.

E o estudo de impacto ambiental, do qual muita gente tem dúvidas? Mas o que é isso? É um estudo que vai demonstrar o impacto que aquele empreendimento vai causar ao meio físico, biótico e sócio-econômico. Portanto, o estudo precisa ser muito preciso, porque vai apontar as medidas mitigadoras e de compensação ambiental. Isso precisa ser demonstrado à população pela legislação, em audiência pública, e ter as sugestões e a participação de todos. Por isso, este evento, deputada Neusa, é de grande importância. Essa questão precisa ser muito discutida, e mais ainda depois que o estudo de impacto ambiental tiver sido realizado.

O relatório é feito numa linguagem mais simples para que a população possa ter uma compreensão melhor desse estudo. Já caminhando para o final, dentro do Ibama temos uma instituição normativa, que é nacional e define todas as etapas para esse licenciamento. Não vou ler todos os itens, mas é importante ressaltar que uma das condições é que os órgãos envolvidos no processo sejam consultados. Então serão consultados o Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia, a Marinha do Brasil, a Gerência de Patrimônio da União, o IPHAN e o principal ator, o Instituto Chico Mendes, que é o gestor da reseqs e a anuência dele é fundamental para que o processo prossiga.

Já no final da relação, deixo essa apresentação à disposição de quem quiser copiar todas as etapas, os prazos e como deve ser seguido esse rito.

A Câmara de Compensação Ambiental o ministro Mink ampliou. Ela era restrita ao Ibama e hoje tem a participação das ONGs, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e de diversos órgãos estaduais e municipais de representação do meio ambiente. Devem ser discutidos lá o montante e a forma de aplicação dos recursos para compensar a comunidade quando decidido pela instalação do empreendimento.

O processo. Esse processo foi aberto em Brasília, está sendo coordenado lá pela nossa diretoria, a Dilic. Já finalizando, acho que esse é o último slide, foi feita a ficha de abertura em 31/10, mas foi aberto em 3 de novembro do ano passado. A proposta de referência contendo a receita para se fazer o estudo de impacto ambiental está em elaboração. Já houve uma vistoria técnica em Maragogipe, em fevereiro. O Ibama fez uma primeira consulta ao Instituto Chico Mendes em 27 de fevereiro, já houve uma segunda vistoria na Baía de Aratu e de Madre de Deus, que são as alternativas locais apontadas pelo empreendedor, e estamos aguardando a resposta de uma consulta feita pelo presidente do Ibama ao presidente do Instituto Chico Mendes, em 18 de março. Acredito que ele deva estar discutindo o assunto com o ministro do Meio Ambiente, mas o Ibama necessita da resposta do Instituto Chico Mendes para dar continuidade ao processo.

Portanto, deputada, agradeço a oportunidade. O Ibama está como um juiz de futebol, árbitro de um processo. Não temos lado, mas temos uma regra a seguir e

queremos segui-la com a maior competência possível. Muito obrigado. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada. Gostaríamos de registrar a presença dos deputados Nelson Leal e Arthur Maia. Convido para a Mesa a Sr^a Diretora Geral do IMA, Beth Wagner. Gostaria de registrar a presença da VTC Engenharia, da TWB, da Fundação Onda Azul, de superintendentes municipais e representantes da Embasa, do Incra, de diretórios municipais do PT da região do recôncavo, de várias associações e institutos, dos aposentados da Petrobras e também a presença do jornal do Planalto.

Dando seguimento, concedo a palavra ao Sr. Ananias Ney Viana, que hoje representa o Conselho Quilombola da Bacia e do Vale do Iguaçu, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas)

O Sr. ANANIAS NEY VIANA:- É muito pouco tempo, mas tudo bem. Bom - dia a todos e a todas, bom - dia a todos os deputados federais, deputados estaduais, secretários, vereadores, prefeitos, da cidade do Salvador e dos outros municípios que aqui estão. Agradeço o convite da deputada para fazer parte dessa Mesa, desse debate muito importante, inclusive para a sociedade civil nesse empreendimento que está na discussão dentro dos governos e com a sociedade civil.

Trago aqui, pelo Conselho das Comunidades Quilombola da Bacia e Vale do Iguaçu, uma posição firme de que esse empreendimento não deverá ficar fora do desenvolvimento sustentável, mas também cultural, ecológico e social.

Nós que vivemos nas comunidades quilombolas dentro do Recôncavo, que foi o Polo Petroquímico hoje de Camaçari, séculos XVII e XVIII. As indústrias que existem no Polo Petroquímico hoje eram os engenhos de cana-de-açúcar do Recôncavo, que sustentou a Bahia, o Brasil e sustentou Portugal. Portugal foi sustentado com o tráfico da madeira e com o tráfico de escravos da África para aqui trabalharem. Então o tráfico não começou agora, começou há muito tempo. Ele só fez se expandir muito mais.

Essas comunidades, desde a época da escravidão, continuam implantadas no mesmo local. E nós vemos o descaso total dos governos com essas comunidades. E é exatamente nessas comunidades que o empreendimento será implantado.

Sofremos com o impacto da barragem Pedra do Cavalo, sem discussão nenhuma. Sofremos com o impacto da hidrelétrica Pedra do Cavalo, também sem discussão nenhuma, que teve a licença liberada sem estudo. E, hoje, estamos discutindo o Polo Naval. Mas precisamos ter um estudo para aprofundar essas discussões. Enquanto esse estudo não for concretizado, acredito que não teremos muito a discutir, porque precisamos desse estudo. Ou será que esse polo irá ser implantado sem estudos como foram os outros empreendimentos? Não podemos admitir.

Então a gente só tem que se pronunciar mais na questão mesmo dos estudos, porque nós queremos os estudos.

Esse impacto não será só no município em que irá ser implantado o empreendimento e, sim, em todos os municípios. Todos os municípios sofreram esse impacto direta ou indiretamente. E os pescadores e as marisqueiras, quem será beneficiado com esse empreendimento? Porque dentro desses municípios nós temos um número muito grande de analfabetos que dependem da pesca e da agricultura

porque não têm estudo. E quem será beneficiado?

Hoje, as empresas pedem o segundo grau, o terceiro grau. Quem não tem isso, meus companheiros, não trabalhará. Tem pessoas dentro das comunidades, inclusive jovens, que já tiraram o segundo grau. Esses jovens podem até estar trabalhando, mas já estão discutindo capacitação. Na nossa comunidade, nada, ainda não se discutiu sobre isso, mas já estão discutindo educação.

A discussão do polo está indo para dentro dessas comunidades. Queremos que vá para dentro dessas comunidades para que fiquem sabendo também que discutimos lá. Mas queremos os órgãos estadual e federal lá dentro para eles discutirem com as comunidades e verificar qual é a opinião dessas comunidades. Esses jovens podem até estar trabalhando nesses empreendimentos, mas os idosos que são a maioria analfabetos vão trabalhar onde? Eles vão viver de quê? Já vivemos numa escravidão, e vai aumentar a escravidão. Queremos que os órgãos vão para dentro das comunidades para discutir, até mesmo porque estamos sentindo falta de discutir. Estamos escutando dizer que estão discutindo fora dos municípios que estão dentro das margens dos manguezais. Estão levando a discussão para fora dos municípios, e queremos que essa discussão seja dentro dos municípios, seja dentro das comunidades que é quem vai sofrer um impacto maior. Nós queremos isso.

Então, a nossa posição é que tenha um estudo para nos aprofundarmos dentro das discussões. Se não houver um estudo, não vamos poder discutir isso. E como vamos aprovar uma coisa se não temos estudo sobre isso? E já vimos o que aconteceu com os outros empreendimentos que foram implantados. Passaram por cima, foi um trator que passou por cima. E não queremos que esse empreendimento seja um trator, até mesmo porque achamos que o governo é democrático, discute, tudo bem. O governo Lula, o governo Wagner são democráticos. Mas estamos sentindo a falta de uma discussão dentro desse processo do empreendimento e nós queremos discutir, nós queremos construir juntos. Só assim vamos dar o sim ou o não, mas isso só com a discussão e com o estudo.

Uma outra coisa é que essas comunidades todas são certificadas pela Fundação Cultural Palmares como comunidades quilombolas. Mas pergunto ao INCRA se já titulou essas terras. E se esse polo for implantado, esses idosos - eu não falo nem nos jovens porque eles querem mesmo trabalhar com carteira assinada - vão trabalhar onde? Eles não têm terra. Vão perder o manguezal praticamente. E eles vão trabalhar onde? O Estado já fez esta análise? O Estado, juntamente com o governador Wagner e seu secretário, já fez uma caravana para visitar essas comunidades quilombolas, a fim de ver de perto a situação em que vivem essas comunidades?

Eu estou falando isso sabem por quê? Porque toda mão que levamos representantes de outros países, eles ficam estarecidos de ver a situação. A CAR está fazendo um investimento de um milhão e quinhentos dentro de 15 comunidades e 10 dessas comunidades são quilombolas.

O empresário foi lá conosco visitar o local onde vão passar essas águas. Ele chegou a uma casa para fazer a manobra com o carro e, aí, viu uma porção de criança nua junto do carro. Aí, ele se debruçou no volante e se demorou uns cinco minutos. E nós perguntamos: “O que foi, rapaz? O que foi?” Ele respondeu: “Eu nunca vi uma situação dessas. Eu nunca vi. Existe isso mesmo aqui a 110 quilômetros da capital?”

Existe. O Klebest Robem também esteve lá na Comunidade Engenho da Praia. E ele falou a mesma coisa, saiu chorando de lá dessa comunidade por ver a situação de vida que eles vivem e nas casas em que essas pessoas moram.

Então, eu peço ao secretário aqui para ele falar com Wagner para fazer uma caravana da cidadania e visitar essas comunidades. Quem sabe eles podem se sensibilizar! Há dinheiro para isso, para dar um pedaço de terra para esse pessoal trabalhar e construir as suas casas.

Muito obrigado e agradeço a todos. (Muitas palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Parabéns, Ananias Nei Viana.

Dando seguimento, gostaríamos de convidar, para fazer o uso da palavra, a diretora geral do IMA, a Sr^a Beth Wagner.

A Sr^a BETH WAGNER:- Bom-dia a todas e a todos.

Deputada Neusa, eu queria agradecer muito a gentileza de me colocar neste momento e, ao mesmo tempo, eu queria fazer uma justificativa por isso. Infelizmente, o IMA não tinha sido convidado para este evento. Nós soubemos agora às 10h15min da manhã. Estávamos com outra agenda lá e eu me desliguei de toda ela no IMA naquele momento para comparecer a este evento. E como estava com uma programação, já estou com outra posterior. Então, não havia sido avisada deste evento.

Vim exatamente acompanhada de nossa técnica, que está coordenando a avaliação ambiental e estratégica da Baía de Todos os Santos, técnica em oceanografia, Érica Campos, por acharmos de uma importância extraordinária, até nós nos colocamos à disposição para fazer uma apresentação para os deputados do processo da avaliação ambiental estratégica que está sendo conduzido pelo Instituto do Meio Ambiente.

Evidentemente, deputada, meu queridíssimo companheiro, parceiro e secretário Juliano Matos; secretário de Indústria e Comércio, Rafael Amoedo; deputado Bira Corôa, todos os demais deputados presentes aqui, parceiros também de trabalho do Ibama, que é um órgão federal com a mesma competência no âmbito nacional que o IMA tem no Estado; Célio, quero dizer que temos trabalhado muito na área ambiental do Estado. Os dois secretários nossos, presentes e o nosso deputado federal presente aqui... Os dois secretários estaduais – tanto Juliano Matos como Rafael Amoedo – têm acompanhado muito proximamente o trabalho, inclusive designado pelo secretário de Meio Ambiente e que o Instituto do Meio Ambiente tem feito para dar um tratamento integrado à Baía de Todos os Santos.

Quando nós assumimos o órgão, de saída, houve o episódio da maré vermelha, que nos levou a uma atenção muito especial e virou o projeto principal do Instituto do Meio Ambiente com relação à Baía de Todos os Santos. No próximo dia 31 de março, agora, eu já estou convidando todos e enviarei o convite para a Assembleia Legislativa para participar de um evento no Instituto de Meio Ambiente, onde nós vamos prestar contas de todas as ações realizadas na Baía de Todos os Santos.

Também haverá a apresentação de um projeto integrado com a Universidade Federal da Bahia de um monitoramento inédito da Baía de Todos os Santos, com vários parâmetros, inclusive, teremos, em breve, todo um inventário de todos os lançamentos de efluentes; não apenas aqueles já mapeados pelo nosso licenciamento, mas aqueles

que não sabemos, porque não estão licenciados, todos os efluentes serão mapeados pelo IMA para que tenhamos um marco zero na Baía de Todos os Santos, e com isso uma perspectiva de sua recuperação. É evidente que não poderíamos estar fora disso.

Acredito – o Célio Costa Pinto tem acompanhado também – que o próprio licenciamento do Ibama vai, em suas diversas etapas, se beneficiar da avaliação ambiental estratégica. É um instrumento que existe há mais de 20 anos, mas nunca foi utilizado pelo governo da Bahia. Estamos fazendo três avaliações ambientais estratégicas: uma do Porto Sul, outra do Extremo Sul, e essa da Baía de Todos os Santos.

O objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica é indicar exatamente perspectivas, tanto do ponto de vista de riscos ambientais, buscando minimizar ou neutralizar esses riscos, como também buscando oportunidades que possam ser verificadas com determinados empreendimentos.

Temos esse projeto do Polo Naval; já há na Baía de Todos os Santos o projeto da Ilha Cajaíba, que é um empreendimento turístico; e temos um projeto oriundo da Secretaria da Agricultura, da Bahia Pesca, que é um plano de aquicultura para a Baía de Todos os Santos. Estamos integrando esses diversos projetos, porque se forem analisados individualmente – como o licenciamento permite –, não nos é oferecida a possibilidade de ter uma visualização dos impactos que são conjuminados com a realização dos diversos empreendimentos.

Além disso, eu diria ao meu parceiro que me precedeu, que as preocupações que ele está apresentando são bastante pertinentes. Devem, sim, ser clocadas, discutidas, dialogadas. Temos dito sempre que os grandes desafios da área ambiental são: integração, equilíbrio e conciliação do desenvolvimento com meio ambiente. Ninguém pretende abrir mão também do desenvolvimento, especialmente num momento de crise como este que estamos vivenciando, mas ele não pode vir em detrimento do meio ambiente nem das preocupações sociais que foram manifestadas aqui.

Pude checar exatamente tudo o que ele apresentou aqui quando estive com as comunidades de pescadores e marisqueiras naquele evento da Maré Vermelha. Eram milhares de pessoas, assembléias com 3 mil, 3,5 mil pescadores e marisqueiras, cuja única atividade era a pesca e a mariscagem. Portanto, não há outra alternativa econômica na região. Esta é uma discussão que também está colocada: quais outras alternativas podem ser oferecidas.

A Baía de Todos os Santos – estou vendo Saraiva ali – teve uma tradição secular de estaleiros. É evidente, estamos numa área onde se recebe, onde há trocas. Então, essa é uma discussão de vocações e de como equilibrar. Esse é o grande desafio.

E nós, Célio, temos feito lá nos nossos licenciamentos de grande impacto um processo absolutamente diferenciado de tudo que existe no Brasil, que são as Oficinas Preparatórias não só para o EIA-RIMA, mas também para a formulação do Termo de Referência que vai orientar o próprio Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Nesse sentido, no momento em que fazemos essa oficina preparatória, as comunidades têm a oportunidade, primeiro, de conhecer, porque se colocam na audiência pública, que o único momento exigido pela lei. As pessoas vão à audiência pública sem saber o que está ocorrendo, desinformadas, então, claro, a população vai

entrar numa guerra com um empreendimento.

Luiz Alberto, que tem uma experiência dessa relação, permita-me chamá-lo assim, deputado, porque o conhecimento há muitos de luta, a população desconhecendo, vai ao embate, porque não se ofereceu nenhuma informação. Então, essas oficinas preparatórias têm sido bastante bem-sucedidas. A comunidade se integra, participa, dá suas opiniões; e os empreendedores estão se beneficiando enormemente disso. A própria Secretaria da Indústria e Comércio esteve presente às últimas oficinas que fizemos no Extremo Sul da Bahia, e a sua representação ficou impressionada com a forma de equilíbrio que a gente está conseguindo obter com essa possibilidade de pôr todo o mundo com a oportunidade do diálogo sincero, gerador de pactos, de compromissos, de palavras que valem e de coisas que podem ser realmente capazes de abrigar e de acolher as pessoas num desenvolvimento que seja efetivamente sustentável do ponto de vista ambiental e social, porque não vamos a lugar nenhum sem as pessoas. E sem um desenvolvimento que permita que elas sejam incluídas, a Bahia fica sem oportunidades.

Então são apenas essas as questões que gostaríamos de pontuar. Tendo tomado conhecimento de um evento tão importante apenas hoje, no meio da manhã, já estou me pondo à disposição da deputada Neusa, do deputado Bira Corôa e de todos os demais deputados. Sempre me fiz presente em todos os momentos aqui, a ponto de a Comissão do Meio Ambiente dizer que éramos os mais frequentes aqui na Assembleia Legislativa.

Então, quero me pôr à inteira disposição de vocês para apresentar o nosso Projeto da Avaliação Ambiental Estratégica e, mesmo que vocês não possam comparecer ao IMA no dia 31, faço questão de trazer o projeto de monitoramento para Assembleia Legislativa, que, afinal, é a grande representação do povo da Bahia.

Obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Gabriel Soledade Nacif.

O Sr. GABRIEL NACIF:- Bom - dia a todos!

Quero saudar a prezada deputada Neusa Cadore, sempre presente aos eventos fundamentais de toda a nossa Bahia; ao deputado Bira Corôa; aos secretários Rafael Amoedo e Juliano Matos; ao nosso prefeito Ataliba; ao capitão de mar e guerra, presença extremamente importante aqui; à diretoria de Planejamento Ingá; Dr. Célio; à prezada diretora Bete Wagner.

Este evento é extremamente importante, porque demonstra já uma atitude bem diferenciada da de outras ocasiões à medida que, no início do processo de implantação de um projeto, a discussão já se abre e a gente verifica que não há por que ter medo do debate.

O prezado companheiro Ananias, companheiro do Recôncavo, que participou também de forma muito firme da construção da luta pela instalação e consolidação da universidade do Recôncavo, falou o tempo todo sobre a necessidade de termos estudos para, afinal de contas, baseados nos resultados desses levantamentos, se chegar à conclusão dos efeitos dos processos mitigatórios necessários para que um projeto dessa

natureza seja implantado.

De qualquer sorte, fico extremamente feliz ao verificar que o Recôncavo está na ordem do dia, ele que, na verdade, apesar dessa unidade cultural a que a gente se refere, sempre foi dividido: de um lado, o Recôncavo do Norte, rico, dos engenhos; do outro lado, o Recôncavo do Sul, que desde cedo foi dos camponeses, que tinham basicamente a produção de mandioca e tabaco. O fumo era usado na troca pelos escravos na África, e a mandioca era produzida necessariamente para o alimento desses milhões de escravos que produziam a riqueza nesse Recôncavo que beira a BR-324, vai até Cachoeira, ou seja, o Recôncavo das terras mais baixas, do massapê.

Milton Santos escreveu, com muita propriedade, que, ainda no meado do final do século XX, é possível achar, notadamente nesse Recôncavo Sul, áreas extremamente parecidas com as que se tinham no século XVI, XVII no Brasil colônia.

Alguns efeitos começam a diferenciar esse processo desse Recôncavo e que, por exemplo, o professor Pedrão demonstra que muitas cidades possuem, basicamente, como sua principal fonte de renda, a aposentadoria dos velhos, agora contemplada, felizmente, pelo programa Bolsa Família, do governo Lula.

Nós conquistamos a Universidade do Recôncavo, e eu acho que, quando eu vinha chegando aqui, algumas pessoas já me perguntavam: você é contra ou a favor do polo naval? Acho que a gente precisa buscar entender cada vez mais, e se acostumar com o papel que deve ter uma universidade nesse processo.

Eu vivi uma experiência extremamente interessante quando ainda fazia doutorado e uma grande multinacional estava construindo uma hidrelétrica no sul de Minas Gerais, e o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, que na época era o meu orientador, numa reunião com um grande dirigente dessa multinacional foi questionado por que a multinacional estava contratando consultores da universidade para construir a hidrelétrica e, ao mesmo tempo, existiam professores da mesma universidade que estavam apoiando a comunidade dos atingidos em barragem. O diretor dessa multinacional dizia para o meu então orientador: “Olha, desse jeito nós vamos cortar relações, porque é inadmissível que a gente pague tão caro para vocês apresentarem um relatório para construir a barragem, e outros professores estejam contrários a ela.”

E aí eu tive muito orgulho naquele momento, e acho que foi uma grande lição sobre o que é uma universidade, quando meu orientador disse: “Olha, se você quiser os melhores construtores da sua barragem, vocês vão encontrar na minha universidade; e se os movimentos sociais quiserem relatórios para mostrar a realidade do que é uma barragem e as consequências disso, eles também vão encontrar na minha universidade.” A gente quer que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia seja essa instituição.

Eu tenho extremo orgulho de estar aqui como reitor de uma instituição que foi, basicamente, fruto do governo Lula, que foi, basicamente, fruto da luta do nosso governador Wagner, que, num determinado momento, quando toda a expansão sinalizava que a Bahia, mais uma vez, ficaria fora da expansão do ensino superior, o nosso governador Wagner, então ministro, disse: “Olha, o projeto Bahia passa pela UFRB”. Ele colocou isso de forma peremptória para o presidente Lula, e lembro quando ele me ligava, dizendo: “Professor, fique tranquilo porque a universidade integra, agora, esse projeto.”

Uma instituição que já é, em termos de universidade pública, a terceira maior em termos de oferecimento de vagas em toda a Bahia; nós só estamos atrás da UFBA e da Uneb. Já oferecemos 1.800 vagas no vestibular, por ano. Temos um centro de formação de professores, fundamental, Ananias, para essa cobrança que você faz; temos um centro de ciências da saúde em Santo Antônio de Jesus; temos um centro de artes, humanidades e letras em Cachoeira, um centro de ciências exatas e tecnológicas em Cruz das Almas, e um centro de ciências agrárias, ambientais e biológicas.

Ainda nesse final de ano, no meio de toda essa crise, o presidente Lula, numa reunião com os reitores, falou de forma muito firme: “Eu posso cancelar programas que tenham uma repercussão neste ano, mas eu não vou cancelar programas que tenham repercussões para o futuro do Brasil.” E nesse dia ele assinou uma portaria que criava todas as vagas para a UFRB e, já no final desse ano, nós teremos 650 professores.

Só para os senhores terem uma ideia do que nós estamos falando, uma universidade consolidada, como, por exemplo, a Universidade Federal de Viçosa, tem 700 professores. A Universidade Federal de Lavras tem 300 professores. Então, o investimento que este governo está fazendo nessa universidade é algo estruturante. Nosso orçamento, só de investimento esse ano, beira algo em torno de 50 milhões, e eu acho que nós temos hoje as condições concretas para transformar a Universidade Federal do Recôncavo num locus natural ou, com todo respeito à nossa querida Ana Guiomar, da UFBA, ao lado da UBFa, evidentemente. Acreditamos que a Universidade Federal do Recôncavo é o ambiente ideal para que esse processo de discussão aconteça. Desde já quero convidar o Exmº Secretário Rafael Amoedo, o secretário Juliano Matos, e os deputados para realizarmos uma audiência na Universidade Federal do Recôncavo, com o objetivo de apresentar este projeto e verificar como a Universidade, que é do Recôncavo, é única.

Ainda hoje nos perguntam como conseguimos conquistar esta Universidade de forma tão rápida. E sempre respondo: foram 50 audiências públicas, percorremos com Bira Corôa, Ataliba, Armandinho e o nosso querido Luiz Alberto todo o recôncavo, e conquistamos essa Universidade que tem um papel importante, porque nos permite uma participação mais efetiva no desenvolvimento do recôncavo e da Bahia.

Na posição de reitor quero colocar a Universidade como o local desse debate, dessa mediação. Acreditamos, seguramente, seja na área ambiental, na área de estudos de impactos sociais e até mesmo no caso da instalação desse Polo, que o nosso setor de engenharia está preparado para dar grande contribuição nesse processo.

Por fim, quero lembrar algumas palavras importantes ditas pelo Professor Guerreiro, professor de história da Universidade Federal da Bahia, quando apresentou o parecer favorável à criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Ele nos desafiou com as seguintes palavras: “Desejo que todos os santos que deram o nome à Baía com “i” iluminem todos os homens que fazem a Bahia com “h”, e que a UFRB signifique um momento concreto na redefinição desse espaço tão prioritário para o Brasil: o recôncavo da Bahia.”

Evidentemente, ao ver a querida colega Eloína, percebo a necessidade de dizer que os homens fazem a Bahia com “h”, mas as mulheres fazem a Bahia com um “m” bem maiúsculo. E assim vamos construir, prezada deputada Neusa, um recôncavo diferente.

Fico feliz com a possibilidade de reunir conhecimento popular, político e técnico, num ambiente como esse, para construirmos consensos. Isso demonstra que a Bahia é diferente.

O fato de termos um reitor pouco conhecido de uma instituição também pouco conhecida, mas que já é tão grande, demonstra que a Bahia mudou. Foram 60 anos para que a Bahia, ao contrário de Minas Gerais que possui 12 Universidades Federais, ganhasse a sua 2ª Universidade Federal. Esperamos que não fique por aí, não é Luiz Alberto?

Um grande abraço a todos e obrigado pela atenção. (palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Obrigada ao caríssimo reitor. Gostaria de registrar a presença do Dr. Eduardo Mattedi, superintendente de Políticas para a Sustentabilidade da Secretaria de Meio Ambiente; do Dr. Floro Edmundo Freire Neto, coordenador do Projeto do Polo e superintendente de Comércio de Serviços da Secretaria de Indústria e Comércio; quero registrar a presença da Pastoral da Pesca e de Cruza Oliveira, da Federação Nacional das Domésticas.

Concedo a palavra ao Sr. José George dos Santos Silva, diretor de Planejamento Hídrico do Ingá. (Palmas)

O Sr. JOSÉ GEORGE DOS SANTOS SILVA:- Bom-dia a todos aqui presentes. Quero saudar a Mesa, em nome da deputada Neusa Cadore, e aos demais aqui presentes e trazer os cumprimentos do Dr. Júlio Rocha que, por motivo de viagem, não pode estar aqui hoje.

O Ingá, Instituto de Gestão de Águas e Climas hoje tem como foco principal de sua política a participação efetiva da sociedade na gestão dos recursos hídricos. É isso que buscamos dentro dos nossos projetos. Então, o Ingá hoje é a favor de toda e qualquer ação que seja sustentável, que tenha as pessoas como foco principal das ações a serem desenvolvidas.

Visando isso nós não temos uma ação direta sobre o polo naval. Na verdade, já foi exposto por Dr. Célio que a questão de licenciamento é toda baseada em cima do Ibama e a gestão da Resex, que está ao lado, é do Instituto Chico Mendes. Mas nós em conjunto com as demais diretorias e secretarias do Estado, estamos desenvolvendo um programa para aquela região. É um programa bastante interessante.

Ananias falou que ainda não houve na Região uma caravana, mas acho que o Ingá já fez essa caravana mais de uma vez com vários representantes do órgão, tentando desenvolver ver um programa chamado Iguape Sustentável, que tudo indica que no dia 23 ou 24 do próximo mês estará sendo lançado pelo governador, só faltando fechar esse programa com a agenda dele, que envolve, além do Ingá, demais outras secretarias do Estado: Sesab, Sedur, Sepromi, Setras, entre outras.

Quando Dr. Júlio fala, a gente usa muito no Ingá, a questão de combinar. Então, o que a gente quer, na verdade, é combinar o projeto do Pólo Naval e o nosso projeto de desenvolvimento, que a gente prevê para a Baía do Iguape. Esse é o nosso pensamento hoje, mas não queremos ser entrave em nenhum programa que gere emprego e renda para a região. Muito pelo contrário, a gente quer que seja gerado emprego e renda para a região, mas a gente também se preocupa com a questão da

preservação ambiental, com as tradições culturais, com a sociedade como um todo.

Então, a gente tem que combinar essas ações para que, da melhor maneira possível, a gente possa trazer desenvolvimento para a região. Baseado nisso, a gente pensa que a discussão aqui é muito pertinente, porque, como Ananias mesmo falou, muitas vezes projetos grandiosos, a exemplo de Pedra do Cavalo, foram impostos à comunidade. E hoje, nós mesmos, dentro do Ingá, estamos desenvolvendo algumas ações que visam justamente a reverter, de certo modo, o impacto que foi Pedra do Cavalo para a região.

Hoje nós estamos desenvolvendo um estudo de vasão ecológica para Paraguaçu, justamente para saber qual o impacto que está sendo a geração de energia elétrica na jusante da Barragem Pedra do Cavalo. É um estudo que a gente está tentando desenvolver em conjunto com a Universidade Federal da Bahia, visando justamente saber o impacto que Pedra do Cavalo hoje tem, não só na questão da entrada da cunha salina no rio, mas de todo o ecossistema da Baía do Iguape, que sofre influência direta do lançamento da água do Rio Paraguaçu.

Além disso, hoje, acho que nossa grande contribuição seja o desenvolvimento do plano da Bacia do Recôncavo Norte. Nós estamos em processo de licitação para ser desenvolvido, que é um plano altamente participativo e contará com oficinas a serem realizadas em toda a Bacia, incluindo a Região da Baía do Iguape. Recentemente nós fizemos uma modificação, aprovada pelo Conselho Nacional de Cartografia, que colocava a Baía do Iguape fora da Bacia do Paraguaçu.

Então, a gente reorganizou, porque vimos que tem tudo a ver a influência da Baía do Iguape junto com a foz da bacia do Paraguaçu. Estamos tentando trazer justamente a participação efetiva da população da Baía do Iguape tanto o plano de bacia que estamos tentando implantar como as discussões de todos os problemas que envolve o Instituto de Gestão de Águas e Climas. Isso, através dos Comitês de Bacias, dos quais estamos tentando garantir um assento à população que está ali na Bacia do Iguape, para que ele tenha voz ativa dentro do comitê.

Então, nessa perspectiva de podermos estar trabalhando no desenvolvimento de um programa que está ao lado do Polo Naval, é que estamos aqui tentando, como falei no início, combinar a ação dos dois programas para que a gente possa, da melhor maneira possível, levar o desenvolvimento àquela região.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Concedo a palavra ao deputado estadual, Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Bom-dia! Aliás, posso dizer boa-tarde a todos e a todas.

Para ser breve, vou saudar a Mesa na pessoa da deputada Neusa Cadore, proponente desta sessão e, sem dúvida alguma, uma deputada que vem desenvolvendo nesta Casa um papel estratégico, importante não apenas na sustentação do governo Wagner, mas na representação dos interesses da nossa sociedade. Na pessoa da deputada Neusa, quero saudar a todos da Mesa, até pelo elevado tempo.

A minha fala pega algumas questões que já foram pontuadas no dia de hoje. Em primeiro lugar, quero parabenizar o governo Wagner pelo compromisso que tem

demonstrado para o desenvolvimento e, sem sombra de dúvidas, para estruturação do nosso Estado. É bom destacar que na fala do prefeito Sílvio Ataliba, representando todo o Recôncavo, alguns pontos chamaram a atenção de todos nós, complementada pela fala de Beth, em relação à situação socioambiental do nosso Estado devido à ausência de políticas públicas ao longo de muitos governos que por este Estado passaram.

Como exemplo, há o fato, destacado aqui, da Maré Vermelha na Baía de Todos os Santos, posso dizer no fundo da Baía de Todos os Santos, reflexo não apenas da ausência de dados e de informações sobre a situação social e econômica de quem vive nessas comunidades, especialmente os pescadores, os marisqueiros e os catadores de caranguejo, e no entorno, os que também dão a extensão dessa forma econômica de vida, aqui também muito bem pontuada na fala de Nei.

Mas é bom destacar, Sílvio, que não apenas o conjunto de dados foram presentes naquele fato, mas, sim, a ausência no cumprimento de ações e deveres de órgãos estratégicos e importantes. E quero destacar o acompanhamento dado pelo Ibama a essa questão e a todas as outras.

Com a ausência de acompanhamento a partir do estudo e de publicação dos dados, se tomou como base aquele fato datado de 10 anos atrás, mostrando que o órgão, o CRA, na época, não vinha cumprindo com suas ações e a sociedade não tinha tido acesso a essas informações. Culminando com a precariedade de um dos projetos que poderia ser um dos mais importantes e estratégicos para o ambiente na Bahia, especialmente para Salvador e o Recôncavo, que o Bahia Azul, mostrando, exatamente, as debilidades e deficiências de um projeto. Foi vendida a imagem para a sociedade de que seria a grande alternativa para o tratamento e todo o acompanhamento do esgotamento sanitário de forma sustentável nessa região.

Mas quero ater-me também a aspectos importantes. O primeiro deles é que esse projeto, sem dúvida alguma, tem necessidade da articulação da sociedade, em especial a sociedade que compõe o Recôncavo, com o governo para que possa atender às demandas aqui pontuadas, muito bem destacadas por Nei.

Que não seja mais um projeto que ignore, e eu não tenho dúvida que esse projeto está atentando para isso, a condição de vida. Que se tenha o cuidado com o meio ambiente, principalmente com a preservação dos nossos manguezais, que são áreas muito frágeis, sem dúvida alguma, mas também o cuidado com as comunidades tradicionais, com iniciativas que sustentem as culturas e acima de tudo as tradições.

Eu não tenho dúvidas de que esse mesmo processo que se abre a partir dessas discussões nas colocações aqui feitas tem respeitado essas ações. Participei de alguns debates, além deste, exatamente na localidade. E vivenciamos justamente esse cuidado que se está tendo para que tais comunidades, as tradicionais da região, ou seja, do entorno desse empreendimento, não venham a sofrer, como tivemos referência em outras experiências e outros projetos.

É interessante destacar que a preocupação com a preparação da mão-de-obra é extremamente importante.

Venho da cidade de Camaçari, já coloquei isso, e tivemos também uma das piores experiências com um dos maiores projetos que este Estado pôde desenvolver: a implantação do Polo Petroquímico. Foi um projeto extremamente importante para a Bahia. Muito significativo para o município no que tange à economia e aos recursos

por ele desencadeados. Mas extremamente traumático para a condição das sustentações social e política municipais, já que não houve sequer estudos de impactos e previsões para a sustentabilidade da população camaçariense.

No início da década de 70, Camaçari tinha em torno de 17 mil habitantes e hoje atinge 230 mil. Ao longo de mais de 20 anos de implantação do Polo Petroquímico, sequer tinha um plano de gestão, bem como de projeção para sustentação dessa população, o que conseqüentemente reflete uma cidade que cresceu de forma desordenada. Aumentou a sua população, a receita, mas trouxe para os custos da ação pública uma carga social muito grande.

Então, é lógico que um projeto como esse não pode se permitir cometer esses mesmos erros. Não tenho dúvida de que a base de sustentação é pelo processo da educação, que vai responder à preocupação, aqui muito bem colocada, das comunidades tradicionais dessa região, atendendo também à preocupação externada pelo reitor da Universidade do Recôncavo, Paulo Gabriel.

A universidade tem de ser o principal aliado na elaboração e condução de projetos estratégicos para melhoria da condição de educação e formação, em especial naquela região.

Mas devemos atentar igualmente para a necessidade da preparação da estruturação técnica visando atender essa necessidade para que a região não venha a assistir e vivenciar o que passamos também em Camaçari e outras regiões: a migração da mão-de-obra especializada que vem ocupar os postos de trabalho. Nós precisamos exatamente na construção desse processo oferecer a formação técnica profissional necessária a atender esse empreendimento para ocupação desses postos.

Sem dúvida alguma, podemos destacar a preocupação que tem tido o deputado federal Luiz Alberto em vários processos e discussões.

É preciso que a intervenção conjunta das câmaras federal, estadual e municipais, bem como dos Executivos dos municípios e conseqüentemente do governo do Estado, aqui representado pelos secretários Amoedo e o Juliano Matos, tenha um compromisso de condução equilibrada e responsável com relação às questões de impacto ambiental, como também uma preocupação igual com o impacto social, garantindo assim que esse projeto seja sustentável em todas as suas instâncias.

Assim estaremos, sem dúvida alguma, comemorando um grande avanço, uma grande conquista. Uma vitória para a Bahia e em especial para uma região que, como foi muito bem colocado, há quase 30 anos foi isolada ou abandonada no que tange à preocupação e aos compromissos na condução de políticas públicas de sustentação e desenvolvimento.

Sem dúvida alguma, esse projeto é talvez um dos maiores que este Estado pode estar trazendo, pelo menos para discussão, neste exato momento. Por isso, eu não poderia deixar de fazer a minha colocação e de parabenizar a deputada Neusa Cadore por mais este ato, pela condução e, acima de tudo, pela responsabilidade de trazer para esta Casa uma temática, uma discussão tão significativa, tão importante para a Bahia e, em especial, para todos os nossos irmãos e irmãs do nosso Recôncavo.

Uma boa tarde a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, deputado Bira.

Neste momento, concedo a palavra ao deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputada Neusa Cadore, que tão brilhantemente levanta um tema de extrema relevância para a Bahia, todos e todas presentes, a Mesa é grande que é danada, uma Mesa repleta de pessoas de que sabemos do comprometimento com a causa, mas eu vou entrar logo no tema.

Deputada Neusa, nobres secretário Rafael Amoedo e Juliano, gostaria de saudar toda a Mesa.

Bom, estamos em um momento crucial da história da Bahia. Acho que grande parte das pessoas que estão aqui eu tenho a alegria de conhecer, estamos a justificar nossas vidas. Eu não vejo o governo Wagner como um momento apenas da história política do Estado, como uma coisa *en passant*, mas como um momento crucial de nossas vidas. Obviamente, nós não vamos dizer que vamos entregar em quatro anos tudo o que pensamos e sonhamos.

Primeiro, se a cada um ano de destruição que os caras fizeram representa 10 anos de destruição, porque eles não destruíram de brincadeira não, né, era à vera, destruição pra valer. Destruíram as cadeias produtivas, todas elas, todas. Era incrível, os caras - a política é pontual, e os caras chegam lá: é amigo do poder? Vamos dar apoio. É assim a história. Aliás, era assim. E isso nós vimos no leite, eu estava conversando, agora há pouco, que 900 milhões de litros nós produzimos, consumimos 1 bilhão e 700 milhões, buscaram-se 800 milhões fora, quase o que produzimos. E o nosso produtor não tem onde vender o leite. Vejam que piração!

Mas isso não é só no leite não, é no café, é assim na cana-de-açúcar e, aí, não sei por que não conseguimos dar a engrenagem, pois o Estado tem terra pra isso, ele tem produção pra isso.

Eu tenho visto o esforço profundo do nosso secretário Rafael Amoedo em buscar alavancar essas cadeias produtivas, colaborar. Nós não agregamos nada! Incrível. Incrível! Quem veio para aqui trazer indústria foram os grandes amigos, as grandes incorporações e tal, quando, na Secretaria da Fazenda, 150 foram processos liberados em menos de 02 meses depois que perderam a eleição, boa parte deles no ôba-ôba do toma-lá-dá-cá. Que coisa absurda! Mas estamos botando as coisas no eixo.

E agora temos que andar. Estamos com 02 anos de governo. O primeiro ano foi pauleira, o governo teve uma CPI, da qual eu tive a incumbência de ser relator – 620 milhões de rombo só na Cesta do Povo e, se for apurado mais, vamos chegar a um bilhão e tanto, porque nas compras para a revenda nós não conseguimos entrar, porque tinha carreta que entrava vazia e saía vazia e, aí, batia lá o carimbão, ó, tum! Entendeu?

Então, essas coisas aconteceram. Na Bahiatursa, foi assim, o G8 foi assim. Isso tudo vocês viram. Não tem nada o que ficar aqui conversando mais.

O Polo Naval, com o porto lá de Ilhéus. Sou do meio ambiente, e o secretário Juliano sabe qual foi o meu comportamento à frente da Comissão do Meio Ambiente, não mudei nada do que eu sou. O mesmo comportamento que eu tive lá eu estou tendo no governo. Agora, tem uma coisa que é preciso colocar na cabeça: crescimento sustentável, não é? Crescimento sustentável, porque, se não houver crescimento – eu estou falando aqui do Recôncavo e estou falando do Baixo Sul. Não podemos nem brincar com essa história do Polo Naval. O que temos que fazer é ver onde estão as

contrapartidas, o que é que tem que ser feito objetivamente e deixar de resenha.

Está ali um companheiro da vida toda, Saraiva, do Germe. Nós abraçamos a Igreja de Santana lá no Rio Vermelho quando queriam derrubá-la. Você lembra quem foi que queria derrubar aquela igreja, não é? Queriam derrubar a fábrica. Nós não conseguimos contê-los. Derrubaram a fábrica e ficou aquela chaminé ali do lado. Então o Gérmen tem uma presença em todo esse processo de debate na Bahia, mas obviamente é preciso ter maturidade.

O que mais tem acabado com o meio ambiente é a fome. É encontrarmos companheiros desesperados em alguns assentamentos porque não estavam produzindo e arrancavam lenha para fazer carvão. É você ir ao interior e ver as pessoas acabando, para sobreviverem, com o resto de caatinga que há. Vão acabar com os calangos, com os ratos. Embora boa parte disso já acabou, porque com o Bolsa Família as coisas modificaram muito.

A presença da Universidade do Recôncavo – tenho o orgulho de dizer que participei de muitas audiências públicas junto com meu amigo Paulinho – é muito importante para alavancarmos esse desenvolvimento sustentável com um ambiente de tranquilidade e, acima de tudo, de responsabilidade. Lá no Sul, como disse ao secretário Rafael Amoedo, trabalhamos durante 4 anos a questão do meio ambiente, por 2 anos fui presidente da comissão. Estou à disposição daquele debate lá no Sul.

Não estamos, principalmente neste momento de crise, com caixa nenhuma para ficar dizendo que não vamos querer o crescimento. Vamos querer o crescimento, sim, mas equilibrado, com os pés no chão, com as contrapartidas que forem necessárias e com o envolvimento da sociedade nesse contexto.

Quando se fala em Baixo Sul e Recôncavo, fico impressionado com os motivos – que nem digo que são culturais, porque não são – para não estarmos produzindo alimentos, riquezas lá. Não são razões culturais, não, são propositais! O que se fez com a Ilha, tanto em Vera Cruz quanto em Itaparica, foi proposital. Os caras queriam vender a Linha Verde a achavam que... Luiz Alberto, que é um deputado combativo, acompanhou de perto tudo isso.

Claro que a Linha Verde é um lugar maravilhoso, um dos pontos mais importantes para a desenvolvimento da Bahia. Sou frequentador daquela região, mas minha família tem uma casa na Ilha, eu acompanhei todo processo nesses 10 anos e sei que foi proposital o que aconteceu.

Quando chegamos ao governo encontramos apenas dois ferrys e meio – dois funcionando e o outro meio, porque quebrava um dia, funcionava outro. Hoje, estamos com oito, vamos para nove. Ainda está pouco, mas saímos de dois e meio para oito. E vamos recuperar os 90 quilômetros de Santo Antônio de Jesus a Bom Despacho. É um caminho? É.

Temos o problema da segurança pública. Foi importante fazermos aquele enfrentamento da forma que fizemos. E não temos tempo a perder, estamos justificando as coisas aqui e agora, temos 2 anos para a próxima eleição. Não estamos olhando o pleito eleitoral, mas temos de olhar com mais intensidade ainda durante estes 2 anos que temos para trabalhar, ouvir, falar e fazer muito. Já ouvimos a sociedade como nunca se ouviu neste Estado. Eles até ficavam reclamando: “Este governo se reúne demais”. Ora, eles nunca ouviram ninguém, nunca quiseram ouvir a sociedade.

Nós fizemos um PPA aqui com 12 mil mãos. Foi uma grande vitória. Nós atrasamos um pouco, no começo do governo, as contratações de serviços, porque era impossível mantê-las como estavam. Tivemos que fazer licitação em tudo. Contratamos serviços de limpeza com 72% de economia, para fazer o mesmo serviço. Isso é muito grandioso para nossas vidas.

Agora Temos o Portal de Transparência. Fui deputado 4 anos aqui nesta Casa, eleito pelo povo da Bahia, e não tinha acesso às contas do Estado. Hoje, qualquer criança de 8 anos de idade entra nas contas estaduais e sabe de tudo. Eles fazem oposição com as coisas que encontram nesse Portal da Transparência. Nem eles sabem o que são essas contas, porque não estão acostumados, eles também não viam nada, tudo vinha de cima e eles só diziam: amém, amém.

Então as coisas modificaram, temos grandes conquistas hoje neste governo. Ontem mesmo encontrei com um estudante, na universidade, e eles vem na nossa direção com um vigor!. Eu disse: calma, aí, eu vim daí também, não venha com conversa, não. Está botando só na UEFS R\$ 20 milhões a mais do que o ano passado. Saímos de R\$ 86 milhões, que foi o que se executou em 2006, e hoje estamos executando R\$ 130 milhões praticamente, no ano passado. Colocamos R\$ 60 milhões a mais na Uneb, falta muita coisa, sabemos disso, temos que organizar mais o caminho, alavancar as coisas que são necessárias, mas estamos num bom caminho.

Fico feliz, deputada Neusa, a minha fala é mais esta de chamarmos um pouco mais à responsabilidade do fazer, precisamos colocar o pé na estrada. Prefeito Ataliba, você está de parabéns pelo seu envolvimento, pela sua característica de partir para cima mesmo, tem que ser assim, tem que afinar os dentes e morder com vontade para tirarmos o estado da situação lastimável em que se encontrava e colocá-lo onde ele merece, com respeito à nossa população, com o desenvolvimento cultural, com as contrapartidas organizadas, mas, acima de tudo, com essa coisa que acho fundamental: desenvolvimento, crescimento sustentável, pé no chão que a Bahia é nossa.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Muito obrigada, deputado Zé Neto.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Rogério Carvalho, que aqui representa a Procuradoria Geral do Estado.

O Sr. ROGÉRIO LEAL CARVALHO:- Bom-dia a todos.

Gostaria de saudar, na pessoa da deputada Neusa Cadore, os componentes desta sessão e demais integrantes da Mesa, os secretários de Estado, prefeitos, o reitor, deputados estaduais, federais, os vereadores, e gostaria de dizer que venho a esta tribuna em nome do procurador-geral do Estado, Dr. Rui Moraes Cruz, com a missão de, inicialmente, agradecer o convite formulado à Procuradoria e dizer da alegria de estar participando desse projeto que é um grande projeto do Estado da Bahia.

Na verdade, a Procuradoria Geral do Estado, que tem a função de consultoria e assessoria jurídica e de representação do Estado da Bahia, tem buscado se integrar no dia-a-dia com todos os grandes projetos do Estado. E o porquê disso? Historicamente havia uma dificuldade na Procuradoria, porque esses projetos caminhavam, caminhavam e ao final apenas é que eram enviados à Procuradoria. Nesse momento a

dificuldade era muito maior porque o operador do direito, que não acompanhou o início e o trâmite desse processo, de uma hora para outra recebia em sua mesa aquele processo, e aí até descobrir todas as questões técnicas, as discussões, os fatos que ocorreram, isso era muito mais difícil e acabava, vamos dizer assim, atrasando até o próprio pronunciamento jurídico da Procuradoria.

Então a Procuradoria procurou inverter essa noção e já há algum tempo participa desde o início em cada projeto. Isso está acontecendo tanto no polo da indústria naval como no Porto Sul, onde inclusive estou designado pelo procurador do Estado, e estamos acompanhando desde o projeto conceitual, as primeiras dificuldades que o estado está enfrentando no dia-a-dia, as questões ambientais, enfim, acompanhando junto com os gestores do estado, com a Secretaria da Indústria e Comércio, a Secretaria do Meio Ambiente, com o pessoal da Casa Civil, que está aqui representada pelo Dr. Luís, enfim, estamos no dia-a-dia ao lado do governo do Estado para viabilizar esse empreendimento.

Ora, se o estado estabeleceu que essa é uma política pública, que é uma política importante, nós como órgão de consultoria jurídica e assessoria de representação temos que empreender esforços para viabilizar e, como disse o deputado Zé Neto, fazer acontecer o empreendimento.

Esse polo da indústria naval, sem dúvida, é um megaempreendimento, a questão econômica vai fortalecer toda a região do Recôncavo baiano, e como todo megaempreendimento, ele tem uma complexidade jurídica também. Então, ao lado de todo fato econômico temos o fato jurídico. Estamos no dia-a-dia vivenciando, e existem questões que estão sendo discutidas, questões de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Imobiliário, Direito Ambiental, enfim, uma série de questões.

O Estado vai se relacionar com particulares, com os grandes empreendedores privados, temos instrumentos jurídicos que vão ser elaborados, já estamos atuando dando assessoria e auditoria nas questões iniciais, nas questões dos protocolos de intenções, das desapropriações, futuramente na forma como essas áreas serão transferidas e sempre buscando pautar a atuação do Estado dentro da legalidade, aplicando a lei para buscar dar ao Estado a certeza de que, ao final de todo esse processo, teremos uma segurança jurídica. Ou seja, que esse empreendimento é seguro sob todos os aspectos. Então essa é a função da Procuradoria, vamos buscar a garantia da segurança jurídica desse empreendimento. Essas são as breves palavras da Procuradoria.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar a deputada Neusa Cadore pela ideia desta sessão solene, porque é muito importante a discussão com toda a sociedade e é o momento também de a Procuradoria se fazer presente, pois, muitas vezes, ela não sabe talvez se relacionar, trabalhar muito bem a questão da mídia, dizer o que está fazendo. Ela está sempre ao lado do Estado, qualquer ato jurídico praticado por um gestor passa pela Procuradoria, que, muitas vezes, não é bem compreendida, porque tem a função de fazer um controle externo dos atos da administração.

Então, muitas vezes, se pretende realizar ou praticar um determinado ato, e a Procuradoria tem que dizer: “olha, isso não pode ser praticado assim! Olha, tem que ser praticado dessa forma!” É natural, pois, que sofra, muitas vezes, críticas, porque há sempre uma ansiedade na realização dos empreendimentos. Mas temos sempre que

pautar essa ansiedade com o respeito até a prazos, pois, muitas vezes, temos prazos previstos em lei.

Uma outra coisa importante que discutimos dentro da Procuradoria é que, muitas vezes, há aquela ideia de que a Procuradoria é, às vezes, é um entrave. Mas não é bem isso, porque, muitas vezes, os entraves estão nas leis, o procurador apenas as aplica. Se ele diz: olha, é necessário que esse processo passe por determinado setor, tenha uma instrução dessa forma”, é com base na lei. Ora, se a lei, muitas vezes, está criando empecilhos ou atrasando alguns procedimentos, então vamos discutir, vamos propor, vamos alterar as leis, vamos tornar os processos mais céleres, vamos retirar todas essas questões que muitas vezes atrapalham o curso natural deles.

Então, o nosso compromisso, deputada, é garantir a segurança desse negócio que vai ser celebrado, desses grandes empreendimentos; estar, desde o primeiro momento, acompanhando o processo e fazendo-o fluir da forma mais célere possível, para que os benefícios que ele deverá gerar para toda a população ocorram o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Agradecemos ao Dr. Rogério, e, neste momento, concedemos a palavra ao deputado federal pela Bahia Luiz Alberto. (Palmas)

O Sr. LUIZ ALBERTO:- Boa- tarde a todas as pessoas!

Quero, inicialmente, saudar a Mesa na pessoa da nossa deputada Neusa Cadore e, ao mesmo tempo, parabenizá-la por esse evento. Saudar também os representantes do governo do Estado; das organizações do Movimento Social, dos quilombolas, em particular, o nosso amigo Ananias, que fez aqui um verdadeiro apelo ao chamar a atenção do poder público para as condições das comunidades quilombolas da região que representa nesse ato e dizer que temos de enfrentar um desafio que o Brasil vive hoje e, conseqüentemente, a Bahia também.

Ontem, quando recebi o convite da deputada Neusa Cadore, estava participando de um evento que me deu a dimensão do que está ocorrendo neste País, para além mesmo da política.

O deputado Zé Neto, que fez aqui um discurso falando sobre a motivação política do governo, dos nossos governos, tanto federal quanto estadual, para criar outras condições de desenvolvimento do País com inclusão social, atacando as mazelas históricas que o nosso povo vivencia.

Foi uma audiência pública, deputada, com o presidente da Petrobras, ontem, lá na Câmara dos Deputados, quando ele apresentou o plano de investimentos da Petrobras para 2009 a 2013, investimento da ordem de 174 bilhões de dólares para serem aplicados nesse período, principalmente em função do descobrimento dessas reservas de petróleo na chamada camada pré-sal.

Esse empreendimento que ora estamos discutindo tem a ver com isso, com esse processo de um verdadeiro desafio que o Brasil vai ter que enfrentar para resolver questões que dizem respeito a tirar o Brasil do patamar de subdesenvolvimento, não só econômico, até porque econômico não é tanto assim, o Brasil é um País

economicamente rico, mas é um País extremamente desigual, essa desigualdade tem a ver, muito a ver, com aquilo que o Ananias colocou aqui. Um País que tem a maior população negra das Américas, um país que viveu 350 anos de escravidão e modelou esse sistema de relações sociais excludentes, um verdadeiro *apartheid*, que eu chamaria, com as características do Brasil, em que a elite fez questão de passar todo esse período aí sem identificar, até porque, Ananias, quando o empresário chorou, provavelmente ele sabia que isso acontece no Brasil. A elite brasileira sabe que isso que acontece, e este momento que nós estamos debatendo aqui é o momento do desafio, e aí a mudança da política no nosso País tem a ver com esse debate que estamos fazendo aqui.

Comentei com Sílvio Ataliba a questão, por exemplo, de Pedra do Cavalo. Quando foi construída Pedra do Cavalo? Durante o governo da ditadura militar. Não se ouvia ninguém, não se discutia nada. Até hoje temos passivos ambientais e sociais derivados daquele empreendimento, acho inclusive, e confio muito nos órgãos ambientais que o nosso País tem hoje, grande parte da legislação ambiental que nós temos é resultado da luta dos movimentos sociais, principalmente do movimento ambientalista. Esse arcabouço legal que nós temos é resultado desse debate travado desde a ditadura até agora.

Acho que as leis não são um trilho. Não acho que os homens operadores ou as mulheres operadoras da lei devam ver a lei como se fosse um trilho que não se pode interpretar, que aliás o Judiciário sempre interpreta, isso tem a ver com a correlação de forças da sociedade, dos movimentos, dos atores que se relacionam com esses eventos.

Então, está ali Lenira. Quero saudá-la, nossa quilombola de Maragogipe, que tem vivenciado (palmas), que tem acompanhado, debatido esses problemas conosco. Eu sou uma pessoa, não porque quis, até pela minha opção política, mas sou conhecido como deputado dos quilombolas e dos pretos do Brasil. E não é pouca coisa! Às vezes as pessoas falam assim: “Poxa, você só fala dessa questão. O Brasil, a maioria é isso, a miséria do Brasil está relacionada com essa situação que as pessoas colocam aqui no dia a dia, e nós não podemos abrir mão, como alguém disse aqui.

Esse projeto do chamado polo da indústria naval, eu lembro bem quando a ministra Marina Silva dizia nos seus debates, e olha que Marina Silva foi uma das ministras do governo Lula que mais brigou dentro do governo para garantir as suas opiniões e de setores da sociedade que debatiam com o governo. Ela dizia: “Eu não quero saber de alguém que diz...” E aí eu fui secretário durante um ano e oito meses e a PGE era um terror, tomara que tenha mudado, mas a Marina dizia o seguinte: “Eu não quero saber ouvir que não pode, eu quero saber e ouvir como é que pode, eu quero discutir como é que pode. É por isso que estava dizendo, eu acredito muito nos órgãos ambientais: o Ibama, o IMA, o INGA, o Chico Mendes, tenho certeza de que ali existem técnicos que, inclusive a maioria deles, saíram da luta social. Eles vão discutir, vão pegar a luz da interpretação, não só da pura lei ambiental, mas também dos aspectos sociais que essas decisões irão derivar para as comunidades que estão em torno delas.

Eu sou de Maragogipe, e fizemos uma reunião na terra do nosso prefeito Orlandinho, Cruz das Almas, tinha um pouco menos de mil pessoas, 12 municípios, para debater essa questão do Polo Naval. Convidamos o movimento social, a sociedade para debater e ouvir. Ali não tinha poder deliberativo de nada, era só para mobilizar a

sociedade como mobilizamos na criação da Universidade Federal do Recôncavo. Essa é a diferença política deste momento que estamos vivendo no governo Lula e agora, na Bahia, com o governo Wagner. Eu duvido, se não fosse o nosso governo agora, esta sessão especial não estaria ocorrendo nesta Casa. Não estaria. Os deputados, como diz o deputado Zé Neto, diziam amém. Com certeza absoluta, se fosse no outro governo, não seria Floro, seria um outro técnico para implementar aquele empreendimento, e estaria um batalhão da polícia atrás para impedir que um quilombola, uma marisqueira, um pescador pudessem questionar esse projeto.

Não temos que ter medo do debate. Nós somos pessoas, e como pessoas somos inteligentes, temos capacidade de discutir e superar os desafios que são apresentados. Não acredito, aliás teve um desses filósofos do mundo aí, professor, doutor, reitor, que falou que a humanidade não cria problemas que não possa resolver, não existe um problema que ela coloque que seja insolúvel, ela vai ter que resolver, por bem ou por mal.

Então, espero que a força do movimento que legitimamente se apresenta contestando e querendo garantir... Tenho conversado com muitos quilombolas e eles não são contra o Polo Naval, eles não são contra o desenvolvimento. Eles querem saber o seguinte: como é que eu preservo a minha vida. Como estava dizendo, somos sobreviventes daquele ecossistema de Maragogipe. Se não fosse o mangue, eu não estaria falando aqui, agora, já teria morrido, não teria passado dos 5 anos, como disse Lula: se passar de 5 anos vira presidente da República. No meu caso, se passar de 5 anos, vira prefeito de Maragogipe e deputado federal.

Então, acredito que aquele ambiente temos que preservar. Ele cria e determina as características do que é a Bahia: é o Recôncavo que é a Bahia. Aquela região do Recôncavo precisa ser preservada. Então, como é que compatibiliza...

(Soa a campainha.)

Deputada Neusa Cadore, esse apito parece de greve, de piquete.

(...) Como é que a gente compatibiliza essas questões com a preservação da vida das pessoas, da sua forma de viver, que é a cultura que ela desenvolveu? Um quilombola, como Anelisa falou, tem o jovem que quer - aliás, dia 30 vai ter a aula inaugural - o Promimp em São Roque do Paraguaçu, mais de mil jovens vão estar lá, a Petrobras vai estar presente, o governador vai estar lá, vai ter a abertura.

Então, quero dar a oportunidade também a um jovem quilombola para que ele possa, assim como eu que brigo pra ele, ir para a universidade. Briguei muito para que as universidades criassem cotas para o quilombola ir virar engenheiro, médico, doutor naquela universidade. Eu também quero que esse jovem quilombola possa ter oportunidade, não pela necessidade de uma agressão à sua condição de vida, de fazer o curso do Promimp. Também eu quero que aquela comunidade não perca suas tradições. Essa compatibilização vamos ter que discutir e resolver.

Portanto, acredito que o esforço que o nosso governador Jaques Wagner, em nível do governo do Estado, e a sua equipe fazem e o movimento faz do outro lado também para garantir as suas identidades e as suas formas de vida é para conseguir chegar a um denominador que garanta essas condições necessárias para que a Bahia desenvolva com inclusão social. Nós não podemos admitir que daqui há 20 anos, secretário Amoedo, nós tenhamos os passivos que estão ainda como fantasma da chamada Pedra

do Cavalo.

Quero comemorar esses empreendimentos que a Bahia nesse momento debate, não só o Polo Naval como também a Ferrovia Oeste/Leste, o Porto Sul, os aeroportos, tudo o que nós estamos debatendo agora, essa via expressa Baía de Todos os Santos que vai remover pessoas em torno dela, o governo está atento a esse debate, está debatendo com os movimentos sociais. Então, esse é um momento diferente.

Portanto, eu acho que a questão, como diz Zé Neto, não é: sou a favor ou sou contra, que aliás alguns disseram na época daquele evento que fizemos em Cruz das Almas: Não vou lá porque o deputado já disse que é a favor. Eu nunca disse que sou a favor ou sou contra, eu quero é debater, eu não tenho medo de fazer o debate, discutir isso, no caso da Bahia, em relação aos empreendimentos de carcinocultura ilegais, sem licenciamento ambiental, que ataca a comunidade, que manda matar pescador e marisqueira, quero discutir isso. E esta Casa cumpre um papel importante.

Parabéns, deputada Neusa Cadore; parabéns, deputados e deputadas que compareceram a esse evento; parabéns aos militantes desta causa, porque tem que ter voz para falar. Vocês, com certeza absoluta, não vão se resumir só àquilo que a Beth falou, às audiências públicas previstas na lei, temos que ampliar esse debate, ouvir as pessoas, e é ouvindo que teremos soluções duradouras, sustentáveis para o projeto de desenvolvimento, com inclusão social, que o nosso governo quer fazer na Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Muito obrigada, deputado.

Finalizando as falas da Mesa, queremos chamar para fazer uso da palavra o Sr. Juliano Sousa Matos, secretário de Meio Ambiente.

O Sr. JULIANO SOUZA MATOS:- Boa-tarde a todos. Quero saudar a Mesa em nome da nossa anfitriã, deputada Neusa Cadore, parabenizar, deputada, pela sessão especial muito oportuna, um momento decisivo para que a gente comece a discutir de forma bem mais ampliada o Pólo Naval no Estado da Bahia.

Eu vou recuperar aqui uma primeira fala do meu companheiro de governo, do nosso secretário Rafael Amoedo, que é muito significativa e muito importante. Vejam os senhores e as senhoras que o secretário colocou aqui que se trata de um projeto de governo e nós, secretários, temos nos comportado assim em todos os projetos que estão sendo formalizados, construídos, planejados nesse governo. É uma transversalidade da política institucional que acontece no governo Wagner, de verdade. E aí a área ambiental tem prestado, sim, assessoria, tem sido companheira e parceira da agricultura, do comércio, indústria e mineração, é uma nova forma de você estar lidando com planejamento integrado, com planejamento amplamente, como Rafael colocou também, livre para se pensar, para se discutir, para se debater.

Todos nós, secretários de pastas que não raro temos interesses, em tese, que se antagonizariam em um momento ou outro, não, discutimos, sim, dentro do governo, fazemos nossas ponderações, temos as nossas divergências, mas construímos juntos. Isso é muito importante. É um projeto de governo, e assim nós temos nos comportado, assim nós temos tocado, construído os nossos projetos.

Tem um outro componente que é muito importante ser colocado aqui, que é a

questão da legalidade do projeto, Dr. Célio colocou também com muita clareza para todos nós os procedimentos que nos dão segurança jurídica, mas não é só essa segurança que nos interessa. Tem um outro componente aqui que foi considerado por todos os outros, tanto pelo prefeito, pelo deputado, pelo nosso Líder Quilombola, que é tão fundamental quanto ou até mais fundamental que, que é a questão da legitimidade. Não basta ser legal, não basta estar em perfeita adequação jurídica, tem que ter legitimidade, e só se consegue legitimidade incorporando, compatibilizando, articulando todos os interesses, trazendo todos os atores para conversar.

Como a Beth colocou aqui, nós já fomos além das audiências previstas em lei, nós estamos fazendo oficinas, nós estamos conversando. Esse governo tem uma abertura para o diálogo impressionante em todas as áreas. Do PPA, como a deputada colocou, audiências públicas, mais do que isso, as oficinas para construção de audiências públicas. Nós fazemos gestão ambiental compartilhada, com audiências. Estamos modificando toda a legislação de educação ambiental com audiências pelo Estado inteiro. O deputado Zé Neto acompanha sempre as ações da Secretaria, por exemplo.

Enfim, é uma abordagem completamente nova, em busca da legitimidade. Isso para nós, deputado, é tão importante quanto a legalidade, o que a gente pensava, evidentemente. Mas não dá para continuar, não dá para ir adiante sem legitimidade. Então, esse é outro componente do qual a gente não abre mão para fazer política pública, responsável, coerente e pertinente.

Um outro ponto é a nossa postura enquanto ambientalistas, enquanto da área ambiental do governo. Vejam, nós, da área ambiental, temos uma missão que é decisiva. Nós nos colocamos sempre assim: não estamos aqui para fazer confronto declarado e automático com qualquer área ou com qualquer outra área do governo. A nossa perspectiva é a seguinte: área ambiental existe para aperfeiçoar o desenvolvimento. Vejam só as palavras que a gente gosta de empregar: aperfeiçoar o desenvolvimento.

Sabem para que aperfeiçoar? Para que ele possa continuar acontecendo para sempre. Esse é o princípio. Essa é a questão. Estamos aqui para qualificar o desenvolvimento, para que ele possa continuar acontecendo para as futuras gerações de baianos e baianas. Isso é o que está em jogo, isso é o que a gente precisa fazer. Ou seja, temos que ter, sim, tranquilidade para discutir. Temos parceiros em todas as áreas do governo que também compreendem assim o papel da área ambiental, e evidentemente que não poderia ser diferente.

Ninguém vai salvar o planeta sozinho. Não existe isso. Ou a gente tem a capacidade, a maturidade, inclusive do ponto de vista da nossa civilização, de estar-se articulando, resolvendo os nossos problemas... como o deputado colocou aqui, a gente não cria problema que não possa resolver. Mesmo porque não resolver já é uma solução também. Enfim, o fato é que temos essa clareza na nossa missão, temos que estar exercendo a transversalidade continuamente com competência e nos apropriando, sim, dessa grande integração que, hoje, no governo é possível, porque se tem uma gestão democrática.

O governo Jaques Wagner, nosso líder nesse processo, tem uma abertura e assegura essa abertura para os secretários, para as equipes trabalharem de forma aberta

e ouvirem críticas, sim. A gente para, ouve e muda o que tem que ser mudado. Enfim, não tem a menor cerimônia para estar transformando, mudando e aperfeiçoando.

1 Essa é a nossa grande missão e a nossa abertura para estar encarando, sim, os problemas de frente, debatendo. E o que tiver que ser ajustado, evidentemente que será ajustado, não temos dúvida disso.

Acho que já aprendemos muito com a exploração do petróleo no Recôncavo e com o Polo de Camaçari. Já aprendemos muito, e a gente não pode abrir mão desse aprendizado.

Ele está aí, todo esse processo tem memória. A gente não pode agora, fingir que nada disso aconteceu e que todos esses passivos que o deputado colocou aqui não existem ou deixaram de existir. Muito pelo contrário. O que não falta é erro para ensinar, e erro para que a gente possa aprender com eles. Estão todos aí. A gente sabe como não deve fazer. Todo mundo sabe. A gente sabe o que não pode ser feito. Então, a gente não tem que abrir mão, e deve incorporar isso com toda urgência.

No mais, para finalizar a minha fala, quero dizer do nosso esforço para conhecer melhor a nossa realidade. A prefeita colocou uma questão aqui. Foi a maré vermelha que, de uma forma ou de outra, mostrou para todos nós a fragilidade, vamos colocar assim, da gestão que o Estado, tanto o Estado da Bahia quanto o governo federal, naquele momento, tinha da pesca, dos pescadores. Vimos que antecipar o defeso foi uma verdadeira luta institucional, para garantir a travessia de todo aquele processo com tranquilidade.

Então, vejam, é um momento em que a um só tempo, através do Ingá, você tem um plano de bacia sendo consolidado, você tem a avaliação da estratégia no IMA. O plano gestor da APA já está sendo feito com a UFBA. Você tem aí todo o ZEE, que agora está com edital aberto. As primeiras propostas do ZEE começam a ser abertas, agora, dia 22, já contemplando a Baía de Todos os Santos.

Então, vejam quantas ações para conhecer melhor o que a gente tem que gerir. Não dá para fazer gestão sem informação de qualidade, senão vira fantasia, vira outra coisa. Evidentemente que para gerir com responsabilidade temos que ter informação de qualidade sobre o que está sendo produzido por esse governo.

Queria desejar a todos um excelente final de dia, uma excelente tarde. Parabenizar mais uma vez a deputada, saudar todos que estão aqui presentes e dizer que a área ambiental está aberta para contribuir com todo o governo para que o processo de licenciamento se dê da melhor forma possível. Muito obrigado a todas, muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Obrigada, secretário. Gostaria de registrar a presença e agradecer a participação do prefeito de Conceição de Almeida, Ito de Bêga, também a presença do nosso companheiro Renato, presidente do PT de Conceição do Almeida e que está à frente da Ciretran de Santo Antônio de Jesus.

Bem, temos uma limitação aqui de horário. Queria registrar que as reflexões feitas, as informações que recebemos, os questionamentos, o apelo forte que veio na voz de Ananias Nei, representando aqui, de forma legítima, a comunidade Quilombola, só reforçam o entendimento que tivemos quando convocamos todos vocês e

oferecemos este espaço para esta plenária. É a necessidade de continuarmos nesse diálogo, nessa articulação e nesse debate. Gostaríamos muito de abrir espaço para a participação de vocês o que, com certeza, enriqueceria mais ainda este momento...

(Algumas pessoas no plenário pedem para falar.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Desculpem-me. Poderíamos fazer mais três inscrições. Tenho que explicar que começamos com um pouco de atraso, aguardando a chegada de convidados, e à tarde teremos outra sessão. Nosso tempo se encerrou às 13 horas, mas, com a compreensão de todos, gostaria de conceder espaço para três inscrições de 5 minutos. Acho que nem precisaria explicitar, mas isso aqui não é o início do debate. O Recôncavo puxou isso. Sabemos que o governo também teve os seus espaços, e o está tendo, e certamente a cada dia teremos que estar inseridos, sendo parceiros, companheiros dessa tarefa que hoje ficou até mais clara para todos nós no sentido de continuarmos criando novos espaços.

Só justificando, temos uma limitação por conta do funcionamento da Casa. Então, abriremos mais três inscrições de 5 minutos, contando com a tolerância de todos. Serão 1, 2, 3 inscrições. Gostaria de que o companheiro Everaldo... Você quer falar daí, Everaldo, ou quer falar da tribuna? Fique à vontade. Agradecemos a inscrição e a tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Sim. Pois não. Cinco minutos, por favor.

O Sr. MARCOS BRANDÃO:- Agradecemos profundamente a sensibilidade de V.Ex^a em abrir essas falas. É importante essa participação. Meu nome é Marcos Brandão, integro o Conselho Pastoral dos Pescadores, que é uma pastoral social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, regional Nordeste III. Estamos aqui para colocar um pouco a nossa posição como Pastoral dos Pescadores que dialoga com as comunidades tradicionais.

Somos contrários à instalação de um polo industrial dentro de uma reserva extrativista (palmas). A gente se soma a diversas outras pastorais sociais, como a Pastoral da Terra, como a Comissão de Justiça e Paz, como diversas outras pastorais sociais que trabalham com as comunidades tradicionais, quilombolas e pescadores. A gente se soma também a diversas organizações não-governamentais no Estado e a diversas organizações dos quilombolas e dos pescadores extrativistas que são contrários à criação de um polo industrial dentro de uma unidade de conservação federal.

Acho que é preciso se recolocar o problema. A questão precisa ser recolocada. Acho que esse debate, outros debates, com a participação um pouco maior das populações tradicionais, são importantes pra se recolocar o debate. O que está em questão é a invisibilidade que os povos tradicionais, as comunidades quilombolas, os pescadores sofrem neste País, sempre sofreram. De certa maneira, esse governo dá um pouco de decepção para a gente, porque a gente vem percebendo também essa invisibilidade.

As reservas extrativistas são uma conquista histórica das populações tradicionais. Hoje nós nos deparamos com interesses de grandes empreiteiras – da Odebrecht, da OAS e da UTC – de instalar um polo industrial dentro da reserva extrativista. E para nós seria muito importante que o Governo do Estado ao invés de assumir isso como uma posição de governo, dialogasse mais com as populações

tradicionais e conciliasse entre os interesse dos industriais que, certamente, tem impactos positivos e negativos e os interesses das populações tradicionais. Porque o governo tomou uma posição que foi aqui colocada por seus órgãos, mas a posição não foi dialogada com as populações. A impressão que nós temos é que esses diálogos, esses debates, estão servindo para legitimar uma posição já dada e isso muito nos preocupa. Por isso achamos que foi relevante a participação.

Queríamos colocar alguns elementos, sabemos que o tempo é curto e nós não queremos tomar o tempo das pessoas. Chico Mendes foi assassinado. Por quem Chico Mendes foi assassinado? Pelas pessoas que não se conformaram que as populações tradicionais detivessem o território. Lá, eles não queriam um polo naval, mas a grande expansão da indústria do gado e outros interesses agrários, não era polo naval, eram outros interesses. Mas Chico Mendes com a sua luta e a luta dos povos tradicionais, do povo negro, do povo indígena, conquistou a garantia do território através do Estatuto das Reservas Extrativistas. Isso é uma conquista histórica. Por isso Chico Mendes foi assassinado pelos que não concordaram, não aceitaram essa conquista. E o que vemos hoje? A ameaça da reserva extrativista do Iguape, região onde existe a maior concentração de comunidades quilombola do país, uma região em que há milhares de famílias de pescadores que sobrevivem naquela região. A pesca tem uma importância estratégica nessa região, haja vista o que aconteceu com a região quando ocorreu a maré vermelha.

A gente vê o interesse das grandes empreiteiras do país em se apossar desse território. Nós nos perguntamos: o que acontecerá com os pescadores, com as populações tradicionais, o que acontecerá com os seus direitos históricos? Esse é o grande questionamento que fazemos.

Porque é assim, sabemos que as grandes empreiteiras quando investem sabem que vão ter lucro nos próximos 10, 20, 30 anos, mas quando acontecer os problemas internacionais que afetarem essa indústria e ficar uma grande parte da população desempregada na região, quem arcará com as consequências? As empresas investiram, lucraram e já saíram. Vimos isso com a derrocada da cana que aconteceu na região; vimos isso com o fumo, porque existiu tudo no fumo na região, depois, ele entrou em falência e vimos o que aconteceu na região. Agora vamos ver isso com um polo industrial onde o desenvolvimento da região seria vinculado a uma matriz de desenvolvimento industrial que quando entrar em crise o que ocorrerá com a população?

Sabemos dos graves impactos ambientais. Sabemos que a região é um santuário biológico do ecossistema com baleias, golfinhos, peixes-boi, mero, diversas espécies protegidas, mas, mais importantes que essas espécies é a população que ali vive, milhares de pessoas que tiram o seu sustento da pesca.

Sabemos dos impactos desse empreendimento do ponto de vista do ar. As comunidades do Rio de Janeiro são afetadas pela silicose que é fortemente vinculada à indústria naval, na Baía de Guanabara. Sabemos que essas indústrias trazem produtos químicos terríveis para poder isolar os cascos metálicos dos navios e diversos outros impactos.

Sabemos dos impactos sociais, porque esse empreendimento gerará 20 mil empregos. O polo industrial gera hoje cerca de 8 mil postos de trabalho. Então o que

significará um empreendimento que é mais do que o dobro do que é hoje o Polo Industrial de Aratu numa região repleta de comunidades quilombolas? Atrairão, certamente, uma população marginalizada de todas as cidades do entorno. E o que acontecerá com as questões fundiárias relacionadas com as comunidades quilombolas? O que acontecerá com a especulação imobiliária? O que acontecerá com outras situações de ocupação desordenada do território? Enfim, há um complexo de situações que nos dizem que é preciso encontrar outras alternativas para polo industrial, para empreendimentos navais do estado que excluam a unidade de conservação federal, Reserva Extrativista do Iguape. Inclusive, a reserva já está fortemente afetada por outros empreendimentos. Já existe um polo industrial, já existe um estaleiro dentro da reserva que é o estaleiro da Petrobras que produz plataforma de petróleo, a reserva está impactada por Pedra do Cavalo, pelo..., pelo Manati. Existe capacidade de suporte para mais esse empreendimento dentro da reserva extrativista?

São questões muito complexas, muito sérias. Estamos muito preocupados com isso. Vemos que, enquanto discutimos, o governo do Estado, lamentavelmente, tem executado ações como o decreto de desapropriação.

Para concluir, prepostos da Sudic invadiram a área, desmataram a Mata Atlântica, desmataram nascentes, isso foi verificado pelo Instituto Chico Mendes que comprovou realizando a notificação, está em minhas mãos. E nós perguntamos: é esse o tipo de comportamento que exigimos dos prepostos do Estado que deveriam cumprir as leis e garantir a participação da população nos processos? Então, acreditamos que isso precisa ser discutido com as populações tradicionais. É lamentável como está sendo implantado, de forma pouco participativa, pouco discutida e com um sério caráter de racismo ambiental, que está tendo visibilidade hoje inclusive em nível nacional e internacional.

Muito obrigado.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Agradecemos a participação do Sr. Heraldo de Queiroz, da Associação Brasileira para a Educação Ambiental em Área de Manguezal, e o convido para ocupar a tribuna.

O Sr. HERALDO DE QUEIROZ:- Agradeço a oportunidade e parabênzo a Exm^a Sr^a Deputada por essa iniciativa, mas tenho dificuldade de entender esta sessão especial como debate porque os maiores interessados que são justamente os povos quilombolas tiveram 5 minutos apenas para falar.

A Sr^a PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Desculpe, foram 10 minutos com tolerância, um pouquinho mais, como todos os outros, não houve distinção, não era nossa intenção.

O Sr. HERALDO DE QUEIROZ:- Meu devido respeito à situação. Eu gostaria de começar esta fala dizendo-lhes que não existe nenhum novo modelo de desenvolvimento econômico. Na realidade, esse modelo que está se trazendo para o Polo Naval foi o mesmo modelo da ditadura militar que construiu polos pelo Brasil afora sem nenhuma discussão, sem nenhum entendimento. Não estamos discutindo a instalação do Polo Naval, estamos discutindo como vamos construir o Polo Naval

naquele lugar. Então, não tem discussão onde é que vai ser. Para isso já existe uma decisão bem consagrada, pelo menos, na cabeça dos empresários.

Como citamos a questão da Baía de Angra dos Reis, a qual conheço e onde fiz meu doutorado, no Rio de Janeiro, gostaria de lhes dizer que o Polo Naval do Rio de Janeiro é um dos maiores contribuidores de metais pesados para aquela Baía. E por aí fora onde há Polo Naval, há concentração, por exemplo, além de metais pesados há uma concentração de ferro.

Por que ferro? É importante a gente comentar isso neste momento porque todos os representantes falaram da maré vermelha.

A maré vermelha aconteceu na Baía de Todos os Santos devido à inclusão do ferro no meio ambiente oriundo do estaleiro estacionado em São Roque do Paraguaçu. Isso está no relatório do IMA. Isso está no boletim. Isso foi dito por Albertin Caldas, biólogo da Universidade Federal da Bahia, que mostrou, além dos outros fatores, que o gatilho - eu poderia dar aqui uma aula sobre isso - que desencadeou a maré vermelha foi o ferro.

O que nós estamos fazendo agora é jogar mais ferro no meio ambiente, ou seja, reproduzir mais fenômenos de maré vermelha na Baía de Todos os Santos, o que, de algum modo, é um fenômeno bíblico porque é uma das dez pragas da Bíblia. Este é um fenômeno mundial, e não exclusivo da Baía de Todos os Santos. Ela teve maré vermelha porque tinha ferro também.

Acho que debater de forma séria é debater com base em leis. Esta, sim, é a forma mais séria que nós temos, porque é justamente aquilo que nos regulamenta, que regulamenta a sociedade. A Lei Maior foi criada nesta Casa, a Constituição do Estado da Bahia. Então há diversos artigos da Carta Estadual. Se eu tivesse mais tempo, iria ler os seus diversos artigos - patrimônio natural - sobre agressões a área de manguezal, políticas de recursos hídricos.

Se eu fosse para a política nacional de recursos marinhos, iria mostrar que a própria Marinha e outros órgãos que cuidam do ambiente marinho em águas jurisdicionais brasileiras estão sendo agredidos justamente pela proposta deste Polo Naval.

Agora, a questão da discussão da depressão dos estoques pesqueiros passa também por um debate sobre a falta de políticas públicas que devem controlar o desmatamento promovido por Marcos Medrado, o deputado, Marcelo Guimarães, ex-deputado desta Casa, Gervásio, dono da FTC, que têm terras no entorno do rio Paraguaçu. E desmataram! Em nenhum momento o governo chegou para atingir ou pelo menos modificar ou outro tipo de ação...

Então os desmatamentos de manguezal e mata atlântica, esses sim, também deveriam ser discutidos naquela região, e não potencializar na área menos agredida da Baía de Todos os Santos. O que nós estamos fazendo é levar um vetor que criou Salvador, que destruiu a Baía de Aratu, o norte da Baía de Todos os Santos, como a Ilha dos Frades, Mataripe, Madre de Deus e São Francisco do Conde, levando para a única área intacta que nós temos. Esta é a proposta do Polo Naval.

E graças a Deus nós criamos, sim, magnífico reitor, meu magnífico ex-aluno da Escola de Agronomia, porque é muito importante criá-la, a Universidade do Recôncavo. Mas vejam que numa população como a de Maragogipe, município que

tem 42 mil habitantes, apenas 5%, ou seja, setecentos e poucos alunos, estão matriculados no Ensino Médio. Sim, nós devemos ter educação, mas a possibilidade dela dentro desses municípios que possam acessar a Universidade Federal do Recôncavo. Isso abrange melhoria das escolas, não só na construção de salas de aula, e também das condições dos professores, que terão melhor capacitação, além de outras políticas públicas para a educação.

Senão vamos bater no mesmo assunto, na mesma coisa do Polo Petroquímico abordada pelo ilustre deputado-biólogo, por sinal, diga-se, meu colega da Universidade Federal da Bahia, Bira Corôa, tá? Vamos ter a população negra excluída do processo pela aparência e falta de qualificação. Isso não sou quem está dizendo, não. Está publicado em alguns livros.

Esse Polo Naval é o maior projeto de agressão ao combalido ambiente da Baía de Todos os Santos nas últimas décadas. Citaram Pedra do Cavalo, que foi o último. O próximo é o Polo Naval.

Agora, o que a gente fica mais assustado neste governo da transversalidade é que é transversal, sim, o Polo Naval. Ele vai agredir águas subterrâneas, águas estuarinas, mata atlântica, manguezal, restinga, território de pouso de ave migratória. Tudo isso está amparado na Constituição Estadual.

Neste momento, o que me faz ficar mais assustado é que, antes de se discutir a instalação do Polo Naval, os empresários já estão anunciando a construção de uma ponte para afundar a Ilha de Itaparica. Isso foi citado aqui pelo deputado Zé Neto. Estampou-se no jornal ontem que o governo já está indo negociar em Brasília a construção de uma ponte na Baía de Todos os Santos.

Então, ora, se nas décadas de 80 e 90 houve movimentos de base e ambientalistas, e nós conseguimos tombar a Ilha do Medo, fazer o Parque Ecológico de Baiacu, o *resort* da Baía de Iguape, no governo Antonio Carlos Magalhães - eu não sou carlista, digo logo de antemão - criou-se a Reserva Florestal de Itaparica e a Reserva Florestal da Ilha dos Frades, que está sendo destruída também pelos empresários e pela elite. E a Ilha de Maré.

Todo este trabalho construído pela sociedade civil nas décadas de 80 e 90, agora o governo está propondo para destruir. O polo pode, sim, mas em outro lugar. Não vamos rasgar os nossos cadernos de leis, porque elas foram feitas pela sociedade, pelos Srs. Deputados. Então, esta discussão, sim! Vamos discutir para pensar, e não para viabilizar. Acho que neste tipo de debate temos diversos representantes, menos aqueles da sociedade mais local. Nós não estamos discutindo a implantação naquele lugar. Estamos querendo viabilizar que ele seja ali.

Vejam, manguezal é sinal de vida, é berçário e sustenta a população de Maragogipe, que é a capital nacional da educação ambiental em área de manguezal. Este título foi entregue ao meu amigo Ataliba, prefeito daquele município, a quem admiro bastante. Isso é uma simbologia em que o Brasil reconheceu os trabalhos de Maragogipe na educação ambiental. Nós não outorgamos um título para que Maragogipe destruísse os últimos manguezais da Baía de Todos os Santos, mas sim, para conservá-los.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Neusa Cadore):- Obrigada, Everaldo.

Quero conceder a palavra a Rogério Mucugê, do Grupo Ambientalista da Bahia, coordenador executivo.

O Sr. ROGÉRIO MUCUGÊ:- Boa-tarde a todos e a todas. Acho que o Polo Naval, antes de ter sido mandado o projeto para Brasília, deveria ser discutido onde seria instalado junto com a população baiana, junto com os envolvidos, porque estamos discutindo uma coisa que já está em Brasília, que já está dizendo que está pronto, antes de ter a licença, uma prática que acontece no Brasil, os projetos serem enviados antes de terem sido licenciados, depois, vão e implantam. Às vezes, são embargados e continuam sendo construídos. Isso é uma violência à Constituição Brasileira e à Constituição Estadual. Essa violência à Constituição, às normativas, deve ser paralisada e revista. É um projeto que deve ser discutido primeiro, já foi encaminhado e, segundo, a apresentação aqui, duas vezes para o Instituto Chico Mendes e nenhuma vez para o Conselho Gestor da Resex, e é uma reserva extrativista.

Uma preocupação que temos é que, se um empreendimento desse porte for instalado na reserva extrativista, vai abrir um precedente para todo o Brasil. Não é uma questão de ser contra o Polo Naval, eu acho, sim, que temos que ter o desenvolvimento econômico, é onde ele está sendo implantado. Podemos ter outras alternativas.

Um estudo da Marítima Construtora, que acabou dizendo onde seria melhor ser construído na Baía de Todos os Santos entre a Baixa do Paraguaçu, Madre de Deus e Porto de Aratu tem uma tabela mostrando, em nenhum cita a questão social, como se fosse um território vazio. Mas não é um território vazio, é um território ocupado pelas populações que dali vivem. Acho que temos que tentar potencializar o que ali existe e não, globalizar um único modelo, tem que ser assim e acabou, temos que respeitar as diversidades. Se existe pobreza, é porque não existiu política para potencializar a vocação do lugar. É uma questão de territorialidade que está aí instalado secularmente, que pode ser, sim, ser desenvolvido

Como conciliar o desenvolvimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ambiental? São várias questões que estão em jogo.

Também já saiu, estamos falando aqui que ainda está em projeto, está em estudo, mas mesmo assim, já foram decretados dois lugares ali de utilidade pública para fins de desapropriação. Já houve dois decretos, sem ao menos o projeto estar aprovado, licenciado. O que é isso, onde estamos?

Foi dito aqui que essa é uma roda compartilhada entre ONGs e movimentos. Onde essa roda está compartilhada, que não estamos participando disso? Pelo que sabemos, os únicos contactados estão sendo órgãos públicos. Já foi falado aqui muito bem por Ananias que até houve discussão na base, mas novamente o racismo ambiental...

Outra coisa que nos preocupa muito, compartilho muito com o que foi colocado aqui por Marcos e pelo professor Everaldo de que as águas brasileiras estão decretadas recentemente pelo governo Lula como patrimônio também dos golfinhos e mamíferos aquáticos, isso foi recente, e ali é uma área de golfinhos e mamíferos aquáticos, ou seja, é um território ocupado por várias vertentes.

Por que a Marítima Construtora em seu estudo desconsidera isso? Só coloca

meio ambiente e acabou, e que pode ser revertido de alguma forma? E o povo que vive ali, e a cultura envolvida ali, e os fatores que já estão agregados naquele espaço, já, por território ocupado?

Então, eu acho que, antes de dizermos que vamos esperar esse projeto, como foi dito algumas vezes aqui, é um projeto, vamos buscar discutir o projeto e a localidade dele, onde deve ser localizado. Queremos, sim, o Polo Naval, mas fora da reserva extrativista de Iguape, com a violência à Constituição e a tudo que foi criado no Brasil com a luta de Chico Mendes, e que até hoje tem ressaltado por aí.

Obrigado e boa-tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE(Neusa Cadore):- Pela ordem o deputado Zé Neto. Quero dizer, Zé Neto, que numa breve saída sua, nós negociamos três intervenções.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, quero dizer a Rogério e ao professor que os três deputados que estão aqui são do governo, não há nenhum da Oposição. Não fugimos do debate, estamos aqui porque queremos a discussão. Foi a deputada Neusa que brilhantemente teve a ideia desta sessão especial; fiz todo o esforço participar dessas alegações finais, que é o momento em conseguimos concentrar um pouco do que aconteceu.

Temos ainda aqui um deputado federal, que também é do governo. De nossa parte não há ninguém se escondendo e não vamos nos esconder de nada. Outra coisa, Rogério, a desapropriação é um procedimento regular. Agora, o cuidado que temos de ter é com o desenvolvimento sustentável. Por isso que queria fazer o encaminhamento para que essas questões todas sejam encaminhadas à deputada Neusa, da Comissão de Meio Ambiente – o deputado Bira também faz parte do processo de discussão sobre o meio ambiente nesta Casa. Nós três já somos interlocutores; se não fôssemos, não estaríamos aqui.

Quero pedir que a deputada Neusa, que está presidindo esta sessão, solicite por escrito todas essas questões oriundas dos movimentos que estão aqui, até para que possamos compartilhar com esses movimentos o debate, ouvindo-os formalmente para saber onde estão realmente esses questionamentos.

Esse tema que abordamos há pouco sobre a ilha é muito polêmico. Vai ser construída uma ponte? Ou o melhor seria termos 20 *ferries-boat*? Mas uma coisa é certa, sabemos que parte do comprometimento do desenvolvimento da região é por causa da logística inadequada, ineficiente, que tem gerado um resultado devastador, diria assim.

Então, temos de ter muito cuidado, como disse há pouco, professor. Não estou aqui somente porque sou governo. Estou tendo uma oportunidade de ser governo agora, mas somos responsáveis pelo Estado que temos e teremos.

Ouvimos o que foi dito pelo professor e por Rogério, infelizmente nem todos os movimentos puderam se manifestar porque temos o Regimento, o que faz com que a deputada Neusa Cadore fique engessada. Já está até encerrando o tempo limite desta sessão.

Queria, deputada Neusa, que V.Ex^a encaminhe essa proposição que estou fazendo para que possamos, tranquilamente, ir a todos os pontos. O debate já está

aberto, não vai se encerrar aqui. Agora, vamos avançar colocando os pontos nos is. São os deputados governistas que estão aqui fazendo este debate, são os secretários estaduais. É muito diferente o governo que temos e o que queremos. Podemos adequar alguma coisa? Claro. Estamos falando em desenvolvimento sustentável. Podemos fazer contrapartidas adequadas? Claro.

O deputado Luiz Alberto foi muito feliz quando disse: “Ninguém aqui neste País é mais ambientalista do que Marina Silva. Ela viveu as duas faces: a de ser governo e enfrentar determinadas situações; e a de viver na pele a pobreza, a deficiência, enfim, ser uma sobrevivente do caos que estava estabelecido naquela região no que diz respeito à questão social”.

Então fica aqui o meu encaminhamento para que conduzamos as coisas da forma que aprendemos em nossas vidas. E isso para mim é o que vai nortear esse debate, ou seja, as vidas que estão nesse processo. Mas, acima de tudo, o nosso comprometimento histórico, que aqui está representado por nós do governo e pelos representantes dos movimentos sociais. Temos ali o Ataliba, que eu conheço os enfrentamentos todos que teve. Sei exatamente o que precisamos fazer para que esse debate evolua sem que haja constrangimento nem injustiça nesse contexto.

Fica aqui a minha proposição. Espero que a deputada Neusa possa encaminhar.

O Sr. Everaldo Queiroz:- A minha proposta é encaminhar para a Comissão Ade Meio Ambiente da Assembleia Legislativa todo o parecer que foi feito e discutido na Escola Politécnica, na semana passada, com o conjunto da sociedade.

A comissão Pro-Iguape é formada pelo Gambá, pelo Germen, pela Fundação Onda Azul e pela Universidade Federal da Bahia e diversos outros participantes, e vamos terminar esse relatório no próximo dia 30 e, assim que houver disponibilidade, encaminharemos à Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

A Sra. PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Com certeza, concederei um minuto, sessenta segundos, a Ataliba.

O Sr. Sílvio Ataliba:- Gente, deixe-me, em sessenta segundos, despir-me do cargo de prefeito e dizer para cada um de vocês o seguinte: sou favorável ao debate o tempo inteiro e digo com muita tranquilidade – viu, secretário da Indústria e Comércio? - que o que Ananias diz aqui é de fundamental importância.

Quero dar oportunidade a Silas, meu filho, de poder escolher se vai ser caldeireiro ou remar a madrugada toda, como meu pai remou, pescando de andarilho. Quero dar esse direito ao meu filho de fazer isso, de sentar e debater com o governo, com a universidade, para escolher isso.

E, por isso, estou dizendo que a gente tem feito muita discussão, seja com o prefeito, seja com o movimento, solicitando que a Resex participe desse debate, e é o conjunto que, num primeiro momento, foi chamado para fazer esse debate. Quando a Secretaria da Indústria e Comércio apresentou a minuta desse projeto, a primeira coisa que solicitamos foi exatamente que ela sentasse e apresentasse ao Conselho da Resex extrativista marinho.

Então o que chamo a atenção de cada um de nós, e quando falo da questão da gente fazer um debate sério, é esse: não preciso que economista nenhum, neste País, Maria Conceição Tavares, e tantos outros, me diga como conduzir as finanças de minha

casa ou da prefeitura! De nenhum consultor.

Aprendi com a marisqueira, em minha casa, e não preciso que ninguém diga por onde tenho que caminhar, porque aprendi, exatamente, tomando topada, cascudo e com os mais velhos.

Há uma necessidade muito grande de a gente ir pra dentro do Recôncavo, discutir a instalação desse polo naval, muito grande: universidade, governo, sociedade organizada. O que não pode, em nenhum momento, é ficar aqui todo mundo fingindo que não existe, no Recôncavo, crack, degradação familiar, desemprego, agressão. E aí Everaldo falou de todo o desmatamentos. E aí quem está sobrevoando o Recôncavo, principalmente aquele eixo, percebe o desmatamento que foi feito, o desmantelamento proposital que foi feito com a retirada das embarcações que faziam o transporte marítimo por dentro do rio.

Então quero fazer esse debate com muita tranquilidade. Se os encaminhamentos e os decretos que a lei permite que faça, foram feitos, isso pouco me interessa nesse momento. Quero que todas as comunidades participem desse debate e digam o que é que querem. As nossas visões técnicas é importante para balizar essa decisão, e vai precisar do esclarecimento do professor Everaldo, da interferência do corpo técnico da Secretaria de Indústria e Comércio, da imparcialidade do segmento ambiental do governo, da participação do Instituto Chico Mendes e do Ibama. Mas a gente não pode deslocar isso daqueles que estão lá passando fome, necessidade. E se você perguntar se quer remar a madrugada toda, não!

Não estou dizendo que ninguém aqui é “pé-enxuto”, sei que todos estão aí no movimento, participam ativamente das discussões dentro de cada comunidade. E tenho dito sempre, até para dar como exemplo e encerrar minha participação, que sou contra as cotas na universidade, até que me apresentem uma solução imediata para fazer a reparação.

Então é simples. É dessa forma que a gente vai ter que construir não só o polo naval, mas tantas outras alternativas para tirar o povo preto da fome, da miséria que está sendo submetido. (Palmas!)

A Sra. PRESIDENTA (Neusa Cadore):- Companheiros, só um minutinho, por favor! Queria registrar a importância das últimas contribuições trazidas aqui pelo Marcos e Rogério, e repetir que nossa expectativa era criar esse clima de provocação. Quero também convidar os representantes do Estado e do governo federal, os gestores, a Universidade, a sociedade civil que esteve aqui, hoje, para participar do debate.

Aceito a sugestão do deputado Zé Neto, e em nome dele e do deputado Bira Corôa, quero dizer que teremos, nesta Casa, deputados que desejam estar inseridos neste processo, e garantir o debate.

Nossa intenção não foi colocar na mesa, ou aqui termos apenas o debate para legitimar qualquer coisa que seja. Acreditamos, em virtude da nossa história, e de como os processos vem sendo conduzidos, que ainda temos muito a aprender. E é com essa disposição que queremos continuar acompanhando esse processo, ao lado de vocês, para descobrir como vamos trilhar o caminho do novo modelo de desenvolvimento. Muito obrigada a todos.(Palmas)

Declaro encerrada, em nome de Deus, a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*